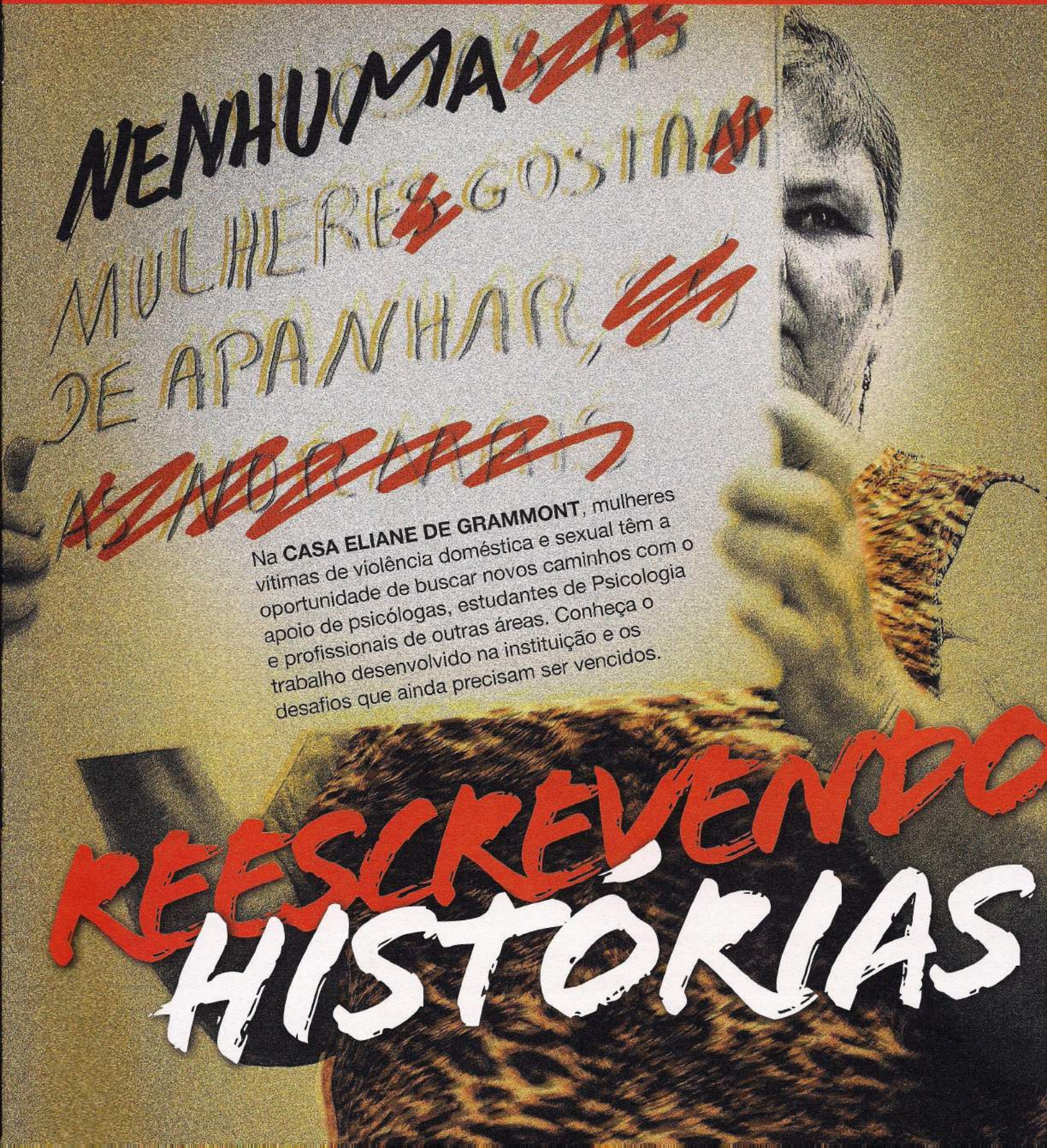
JORNAL psi

NÚMERO 172 • JUN | JUL • 2012

Conselho Regional de Psicologia SP

50 anos



Na **CASA ELIANE DE GRAMMONT**, mulheres vítimas de violência doméstica e sexual têm a oportunidade de buscar novos caminhos com o apoio de psicólogas, estudantes de Psicologia e profissionais de outras áreas. Conheça o trabalho desenvolvido na instituição e os desafios que ainda precisam ser vencidos.

REESCREVENDO HISTÓRIAS

índice

EDITORIAL | A PSICOLOGIA NA SOCIEDADE
Mulheres, populações indígenas, crianças e adolescentes são alguns dos temas abordados nesta edição do PSI, refletindo o compromisso social da Psicologia e a intransigente defesa dos Direitos Humanos. **03**

ENTREVISTA | Margareth Rago | A CONDIÇÃO DA MULHER HOJE
A professora titular do Departamento de História da Unicamp trata de assuntos como a atualidade do feminismo, o feminismo indígena na América Latina e as nuances em torno da Lei Maria da Penha. **04**

UM DIA NA VIDA | BRANCA E AS MULHERES
O olhar da psicóloga Branca Paperetti, que há 16 anos trabalha na Casa Eliane de Grammont, atendendo mulheres vítimas de violência doméstica e sexual. **06**

MAIS UMA CONQUISTA | ABSURDO ALGEMADO
Depois de reportagens na mídia e da mobilização de diversas entidades, entre elas o CRP SP, decreto proibiu que presas permaneçam algemadas durante internação hospitalar para realização de parto em São Paulo. Caso mostra o despreparo para lidar com especificidades da realidade feminina no meio prisional. **09**

CREPOP | CONSULTAS PÚBLICAS: PARTICIPE!
Até o final de 2012, psicólogos(as) poderão acessar documentos e responder questões sobre os temas abordados nas pesquisas do CREPOP. As consultas irão validar as referências para práticas dos(as) profissionais em diversas áreas de atuação. **10**

INSTITUCIONAL | UMA NOVA FORMA DE ORGANIZAÇÃO
O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo adota o modelo de gestão por projetos, reforça a intersetorialidade no tratamento de temas e foca na busca de soluções a partir de contextos concretos. **11**

CRIANÇA E ADOLESCENTE | UM JOGO COM REGRAS
Lei que regulamenta execução de medidas socioeducativas é recebida como avanço e sinaliza mudanças. Os desafios para sua implementação, contudo, não são poucos e requerem a participação dos(as) psicólogos(as) que atuam na área. **12**

SUBSEDES | Fique por dentro de algumas das atividades que mobilizaram as subsedes no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, como a realização de Oitivas na Região do Grande ABC e os debates sobre educação inclusiva em São José do Rio Preto. **14**

POLÍTICAS PÚBLICAS | UM BALANÇO
Psicólogos(as) tiveram participação em diversas Conferências Nacionais de Políticas Públicas em 2011. Aqui, um balanço dos resultados alcançados em três delas. **15**

POVOS INDÍGENAS | A VULNERABILIDADE DOS GUARANI KAIOWÁ
Expedição incluindo representantes da sociedade civil foi ao Mato Grosso do Sul para constatar a situação de extrema vulnerabilidade em que se encontram integrantes das tribos Guarani Kaiowá no sul daquele estado. **16**

DIREITOS HUMANOS | NEM RESPEITO, NEM CUIDADO
Governos respondem a questões sociais complexas, como as verificadas na Cracolândia e no Pinheirinho, com soluções imediatistas e truculência policial. Em entrevista, juiz José Henrique Torres aponta a ausência do Estado como o principal causador de situações extremas. **20**

50 ANOS DE PSICOLOGIA NO BRASIL | O AVANÇO DA PROFISSÃO
Três ex-presidentes do Conselho Federal de Psicologia – Arrigo Angelini, Ana Bock e Odair Furtado – discorrem, em entrevista, sobre a criação e o avanço da profissão no Brasil. **22**

PRÁTICAS INOVADORAS | BEM TRAÇADAS LINHAS
Premiado na II Mostra Estadual de Práticas Inovadoras promovida pelo CRP SP, o projeto Encontro de Gerações, desenvolvido pela psicóloga Divina Fátima dos Santos, utiliza a troca de correspondências entre crianças e idosos(as) para desencadear um processo de mudança de atitudes e de construção de valores éticos. **26**

QUESTÕES ÉTICAS | A PSICOLOGIA NOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO
Texto do professor Yves de La Taille tece considerações sobre o espaço público e privado na atualidade. Nos Processos Éticos são feitas considerações sobre a associação da Psicologia a práticas não reconhecidas. **28**

ESTANTE | "Escritas do Desejo – Crítica Literária e Psicanálise" é um dos destaques da seção Estante. **30**

MURAL | Os eventos que marcaram a Luta Antimanicomial em 2012 são destacados no Mural. **31**

expediente

Conselho Regional de Psicologia SP

PSI Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria
Presidente | Carla Biancha Angelucci
Vice-presidente | Maria de Fátima Nassif
Secretário | Luis Fernando de Oliveira Saraiva
Tesoureira |Gabriela Gramkow

Conselheiros efetivos
Ana Ferri de Barros, Carla Biancha Angelucci, Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini, Fernanda Bastos Lavarello, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Camara, Janaína Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Leandro Gabarra, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Maria de Fátima Nassif, Maria Orlene Daré, Mariângela Aoki, Patrícia Unger Raphael Bataglia, Teresa Cristina Lara de Moraes

Conselheiros suplentes
Alacir Villa Valle Cruces, Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo, José Ricardo Portela, Leonardo Lopes da Silva, Lilihan Martins da Silva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Luiz Tadeu Pessutto, Marília Capponi, Marly Fernandes dos Santos, Rita de Cássia Oliveira Assunção, Roberta Freitas Lemos, Rosana Cathya Ragazzoni Mangini

Comissão de Comunicação
Coordenadora Maria de Fátima Nassif
Gerente-geral Diógenes Pepe
Coordenadora de Comunicação Christiane Gomes

Realização Ziroldo Carolino Comunicação
(11) 2579-5079 | (11) 2579-5089

Jornalista Responsável Carlos Carolino (MTb 13.559)
Arte Ligia Minami
Revisão Célia Genovez

Impressão: Esdeva Empresa Gráfica
Tiragem 79.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP
Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo SP
tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails
Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Comunicação | comunicacao@crpsp.org.br
Site | http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP
Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932
Baixada Santista e Vale do Ribeira
tel. (13) 3235-2324, 3235-2441
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516
Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047
Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370
Vale do Paraíba e Litoral Norte | tel. (12) 3631-1315

FOTO: BRUNO GARIBALDI | TUSÃO: LÍGIA MIHAM

a psicologia na sociedade

Nesta edição do **Jornal Psi**, continuamos a celebração dos 50 anos da Psicologia no Brasil, percorrendo situações de nossa história inicial e debatendo sobre as atuais formas de inserção de nossa profissão. Revisitando atuações de pessoas e instituições que colaboraram na consolidação da Psicologia, apresentamos mais um aspecto histórico da constituição de nossa ciência e de nossa profissão no país, por meio de entrevistas com três ex-presidentes do CFP, Ana Arrigo Angelini, Ana Bock e Odair Furtado, que participaram ativamente desse processo.

Lançamos olhares também para a história do Brasil e para os recentes movimentos de criminalização da pobreza e de retorno de propostas segregacionistas de atendimento à população, a fim de refletirmos e divulgarmos propostas da Psicologia engajadas socialmente e atentas ao enfrentamento da violência de Estado. Assim, discutimos os episódios recentes da vida paulista: a ação da polícia sobre os(as) moradores (as) do Jardim Pinheirinho, em São José dos Campos e a população em situação de rua que vive no Bairro da Luz, em São Paulo.

A apresentação de um balanço das Conferências Nacionais nos permite considerar o passado caracteristicamente higienista das ciências brasileiras do início do século XX e analisar as políticas atuais, pensando processos de transformação dos serviços prestados à população, a partir do diálogo entre os(as) usuários(as) e seus(as) familiares, os(as) gestores(as) das políticas e os(as) profissionais que, cotidianamente, intervém nesse cenário.

Cabe ainda destacar as discussões sobre os direitos das mulheres, questão essencial para o enfrentamento do preconceito no Brasil. Foram desencadeadas inúmeras ações desde o dia 8 de março, que visaram dar visibilidade à condição de vulnerabilidade em que se encontra esse segmento da população, bem como mostrar os avanços na legislação, como a Lei Maria da Penha e o impedimento do uso de algemas, durante o parto, em gestantes em privação de liberdade. A apresentação dos serviços voltados para a mulher vítima de violência discute as políticas públicas e a inserção da Psicologia na promoção de direitos. Para encerrar esse eixo, temos entrevistas que debatem a condição da mulher no mundo contemporâneo.

São avaliadas também as transformações na política de atenção a crianças e adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e o acompanhamento de psicólogos(as) à expedição Guarani Kaiowá, sempre considerando que os avanços no campo dos direitos remetem-nos a novas realidades e, portanto, a novos desafios: como pensar a inserção da Psicologia de modo a assegurar que populações historicamente violentadas sejam respeitadas, levando-se em conta o princípio da autonomia, do respeito à diversidade, do reconhecimento das peculiaridades e da livre organização?

Por fim, destacamos as ações de resgate histórico do próprio CRP SP, com a retomada da constituição de cada uma das subsedes que compõe este Regional e com a apresentação das transformações na própria gestão do CRP SP, que, neste ano, passa a se dar a partir de Projetos Integradores, comprometendo-se, assim, a colaborar na efetivação de experiências intersetoriais e avançar ainda mais na articulação entre os diferentes contextos e saberes de nossa profissão.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO
Gestão 2010 – 2013

a condição

Professora titular do Departamento de História da Unicamp, Margareth Rago tem se dedicado a temas como anarquismo, feminismo, sexualidade e gênero. Autora de obras como "Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade disciplinar", "Os prazeres da Noite" e "Entre a História e a Liberdade. Luce Fabbri e o Anarquismo Contemporâneo", Margareth está de volta ao Brasil depois de um ano lecionando no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Na entrevista a seguir, ele trata de assuntos como a atualidade do feminismo, o feminismo indígena na América Latina, as nuances em torno da Lei Maria da Penha e a disputa por corações e mentes da chamada nova classe média brasileira.

PSI – De um ponto de vista feminista, quanto mudou e quanto permaneceu igual no Brasil dos anos 50 para cá?

MR – As mudanças foram muito grandes e certamente muito maiores que as permanências. Ainda há gente que acha que mulher deve casar virgem ou que não deve trabalhar fora, mas isso já deixou de ser o pensamento dominante na sociedade brasileira. As mulheres passaram a participar do campo social; suas demandas foram levadas aos partidos políticos, às centrais de trabalhadores e aos sindicatos e, ainda, diversas instituições foram criadas para tratar especificamente da questão feminina. A hoje ministra Eleonora Menicucci de Oliveira, da Secretaria de Políticas para Mulheres, já observou que, ao trazerem questões privadas, como a sexualidade, para o espaço público entre os anos 70 e 80, as mulheres forçaram sua incorporação e produziram uma profunda transformação nos direitos de cidadania. O que não significa, é claro, que não existam muitos problemas pendentes.

PSI – O que, entre esses problemas, chama a sua atenção?

MR – Acredito que é importante a gente refletir sobre algumas mudanças que ainda não foram muito bem elaboradas na nossas cabeças. Hoje convivem, no mesmo espaço, mulheres como as da minha geração, que contestaram os papéis que lhes eram impostos como naturais, e as mulheres de gerações seguintes, que já partiram de um patamar diferente. Esse processo, é claro, não aconteceu de maneira uniforme e as diferenças de tratamento, no que se refere a homens e mulheres, ainda são muito grandes. A barra ainda é muito pesada em muitos espaços sociais: tem a violência doméstica, a dupla jornada, o tratamento diferenciado no trabalho. Mas o mais importante é que existem reflexões que ainda precisam ser feitas. A liberdade de ser foi negada por muito tempo às mulheres. Penso que uma das coisas necessárias, hoje, é discutir as formas de ser mulher. Na verdade, discute-se se uma terceira onda do feminismo já está ocorrendo. As mulheres de 20, 30 anos, hoje, têm suas próprias questões.

PSI – Você acabou de voltar dos Estados Unidos. Feminismo ainda é um tema importante na sociedade dos Estados Unidos?

MR – Sim e muito. Fiquei impressionada com a quantidade de programas de televisão nos quais as mulheres dizem coisas como: ontem o fulano de tal fez um discurso, mas ele não citou as mulheres; ou de programas discutindo o legado de Betty Friedan, por exemplo. Não é um movimento como existia no passado, mas o debate está em toda parte, envolvendo todo o tipo de tema, assim como nas universidades a produção acadêmica incorporou questões

da mulher hoje

do feminismo em todas as áreas. Temos até arqueologia feminista! E temas como prostituição e aborto, que são criminalizados em alguns estados americanos, mas não em outros, continuam sendo muito abordados. Um detalhe interessante: a Universidade de Columbia, onde eu estava, garante a realização de um aborto por ano para as alunas! Já imaginou uma coisa dessas por aqui? Ao mesmo tempo, existem grupos anti-aborto que invadem clínicas, roubam fichas de pacientes e fazem ameaças contra as pacientes dessas clínicas e atacam os médicos. E, ao mesmo tempo, mais uma vez, você pode assistir programas como o da apresentadora Rachel Maddow, que se declara *gay* ao vivo e a cores, no qual ela critica a ação dos grupos anti-aborto de forma exaltada.

PSI – Essa polarização em torno do aborto pode se repetir no Brasil?

MR – Não sabemos o que pode acontecer no Brasil com o crescimento da chamada nova classe média, especialmente entre evangélicos ou católicos de orientação mais conservadora. Será que vai haver essa polarização aqui também? É possível. Uma diferença que pode talvez nos ajudar é que o feminismo que surgiu no Brasil nos anos 70, e que ainda hoje desempenha um papel importante, nasceu na esquerda, na luta contra a ditadura. Isso pode ser importante para contrabalançar posições identificadas mais à direita no espectro político. Outro aspecto interessante é o fortalecimento da temática feminista na música, na literatura e nas artes plásticas no Brasil. Uma orientanda minha, por exemplo, pesquisa as obras de artistas plásticas como Ana Miguel, Rosangela Renó e Rosana Paulino, que vão nessa direção. Mas que os conflitos de poder, as disputas entre discursos, vão continuar ocorrendo, não tenho dúvida.

PSI – Até que ponto feminismo e marxismo continuam próximos?

MR – Penso que o marxismo ajudou a pensar muitas questões referentes à situação das mulheres na sociedade, mas entendo que os avanços mais importantes ocorreram a partir de autores como Foucault, Derrida, Deleuze, que se debruçaram sobre aspectos como subjetividade, identidade e sujeito. Foucault, por exemplo, mostrou como o discurso médico se impôs ao longo do séculos XIX, constituindo a identidade feminina e masculina, determinando o que é ser mulher, o que é ser homem, o que é ser criança. É um poder enorme e que acabou naturalizado. Até 1970, por exemplo, não se falava da vida de mulheres como Frida Kahlo. É de 1970 em diante que se passa a fazer uma história das mulheres. Ao mesmo tempo, penso que as esquerdas precisam se unir, se quiserem ter uma chance contra o lado conservador. Uma coisa que me surpreendeu, nos Estados Unidos, foi a realização do Left Forum (*n.r.: evento que desde a década de 80 reúne militantes e organizações de esquerda nos EUA*), que no ano passado reuniu em Nova Iorque nada menos que cinco mil participantes das mais diversas tendências. Podíamos tentar algo parecido por aqui.

PSI – E na América Latina, há um feminismo vivo?

MR – Nem sempre temos uma visão muito clara sobre o que acontece nos nossos países vizinhos. Nos Estados Unidos tive contato com a pesquisadora Pamela Calla, da Universidade de Nova Iorque e da Universidade de La Frontera, na Bolívia, que me falou sobre o feminismo indígena no seu país. Ela organizou um seminário que contou com a participação, via Skype, de Julieta Paredes, do Grupo Mujeres Creando. Uma mulher fantástica, que desenvolve um trabalho muito interessante. Outra curiosidade? Tive contato, num evento ocorrido na ONU, com feministas indígenas brasileiras. Jovens, de vinte e poucos anos, do Mato Grosso. O que me faz pensar que o feminismo cresceu e se diversificou muito.

PSI - Que temas são importantes para essas feministas indígenas?

MR – Especialmente a violência contra a mulher. Há muito estupros, violência doméstica, assédio. É um problema grande. Na América Latina há o que muitos chamam de um feminicídio, a morte por estupro, violência sexual e outras formas de agressão que, naturalmente, não se restringem às populações indígenas. Em países como México e Guatemala isso acontece em quantidades absurdas e há filmes que denunciam esse grave problema.

PSI – Leis como a Maria da Penha não trazem uma perspectiva de melhoria para as mulheres que sofrem violência?

MR – Acho que a Lei Maria da Penha foi uma grande conquista no sentido de por um freio nessa onda de violência. Ao mesmo tempo, contudo, entendo que deveríamos pensar em outras possibilidades de intervenção, no interior da própria sociedade. De que meio vem um rapaz que acha que pode estuprar uma mulher ou botar fogo em índio? Quais são os meios de produção dessa subjetividade misógina e fascista? Há uma cultura que precisa ser mudada. Tenho um pouco de medo das respostas punitivas. Prisões levam a mais delinquência e a mais prisões, o que não me parece a melhor resposta. Creio que esse é um tema que precisa ser debatido. ●

Branca e as

O olhar da psicóloga Branca Paperetti, que há 16 anos trabalha na Casa Eliane de Grammont, atendendo mulheres vítimas de violência doméstica e sexual.

O dia 9 de março de 2012 não foi um dia comum para a psicóloga Branca Paperetti e para as demais pessoas que trabalham na Casa Eliane de Grammont, em São Paulo. Tampouco para as mulheres que frequentam as atividades promovidas na entidade, na rua Doutor Bacelar, na Vila Clementino. Por uma tarde, os relatos desesperados e sofridos que ali costumam ocorrer, dia após dia, deram lugar a uma festa: a comemoração de 22 anos de criação da Casa, símbolo histórico na luta contra a violência doméstica e sexual no Brasil.

Branca tem 53 anos, 16 deles passados na instituição na qual ocupa hoje o cargo de coordenadora. Por volta das 13 horas, ela expunha com bom humor a sua própria ansiedade. "Estou como criança em festa de cinco anos querendo saber se meus amigos vão vir para o meu aniversário". Não precisou esperar muito. Em pouco tempo, havia gente o bastante para lotar o auditório improvisado na sala da administração, onde três usuárias representariam a peça "Resgate", com textos criados a partir de suas próprias experiências.

A importância da Casa Eliane de Grammont, atualmente ligada à Secretaria de Participação e Parceria, da Coordenadoria da Mulher, da prefeitura de São Paulo, pode escapar aos mais jovens. Criada em 1990 na gestão da então prefeita Luiza Erundina, foi o primeiro serviço municipal desse tipo – um Centro de Referência pensado para oferecer atendimento integral e multidisciplinar para mulheres em situação de violência no país.

Cantora, Eliane de Grammont foi assassinada pelo ex-marido, o também cantor Lindomar Castilho, em 30 de março de 1981, no café Belle Époque, no bairro da Bela Vista, em São Paulo. A indignação em torno de sua morte contribuiu para um crescente debate sobre a necessidade de punir, com rigor, a violência contra as mulheres e oferecer apoio para que elas superassem situações de dominação e de agressão.

Lindomar, por sinal, foi objeto de reportagem recente da revista *IstoÉ, Gente*. Cumpriu pena, vive em Goiânia, casou-se e está lançando um CD. Fala em sentimento de culpa. Antes da apresentação teatral, Branca lembrou que, apesar de avanços importantes como a Lei Maria da Penha, não está tão distante assim o tempo em que atos como o de Lindomar podiam ser justificados como "legítima defesa da honra". De

A peça teatral Resgate, criada a partir de experiências das frequentadoras da Casa Eliane de Grammont, foi aplaudida e debatida pela plateia. No alto, à direita, a estudante de Psicologia Juliana Gonzalez Cuozzo, que há um ano estagia na entidade.

mulheres

propósito ou não, o nome do cantor não é expressamente citado.

A peça encenada por Maria, Bete e Dulce (os nomes são reais; elas pedem apenas que não sejam usados os nomes completos) termina sob aplausos e é seguida por debates com as quase trinta pessoas ali presentes, mulheres em sua esmagadora maioria. As atrizes explicam algumas passagens, como a que começam pintando os próprios lábios com batom e terminam se lambuzando umas as outras. Uma forma de mostrar a falta de sentido que é a disputa de vaidades entre as mulheres, explica uma delas. Ao final de tudo, as pessoas se juntam em rodinhas e passam a se servir de sucos, bolos e petiscos caprichosamente arranjados sobre uma mesa numa sala anexa. Não custa lembrar, a ocasião é de festa.

AVALIAÇÕES – Uma conversa com Branca e equipe permite entender um pouco melhor o dia a dia da instituição. Que o machismo continua fortemente presente na sociedade brasileira, não há o que discutir. "Só aqui na Casa Eliane de Grammont são atendidas cerca de 200 novas mulheres a cada mês", explica a psicóloga. Tudo indica que, no conjunto, os serviços voltados para as mulheres vítimas de violência sejam insuficientes para atender à demanda. Até porque esse suporte pressupõe o efetivo funcionamento de políticas públicas em áreas como educação, moradia, trabalho, justiça e saúde – o que está longe de ser realidade.

Em parte, diz Branca, essas carências são enfrentadas com a busca de sinergias entre a chamada rede, os serviços que, de diferentes formas, contribuem para auxiliar, fortalecer e oferecer alguma resolutividade às vítimas de violência, de acordo com sua necessidade. Dessa rede fazem parte, por exemplo, os cinco Centros de Cidadania da Mulher em Parelheiros, Itaquera, Santo Amaro, Capela do Socorro e Perus, na capital paulista. Os centros oferecem oficinas voltadas a fortalecer valores da cidadania. Quando neles se toma conhecimento de casos de violência contra a mulher, as vítimas são encaminhadas para os dois Centros de Referência existentes: a Casa Eliane de Grammont ou a Casa Brasilândia.

Atualmente, uma parcela do tempo de Branca é dedicado a participar de reuniões com outros(as) representantes da rede. Noves fora, contudo, ela está convencida de que o envolvimento das pessoas trabalhando nessa rede é o que ainda faz diferença. Um episódio, algo anedótico, deixa esse envolvimento evidente: estagiária há um ano na Casa Eliane de Grammont, a estudante de Psicologia Juliana Gonzalez Cuozzo relata um sonho no qual chegou para trabalhar e encontrou a construção em escombros. Caminhando entre os homens que trabalhavam em meio à tragédia, sua preocupação era... encontrar a agenda de atendimento!

Sonhos à parte, Branca e Juliana concordam que a Casa Eliane de Grammont tem tido um papel importante na formação de novos(as) profissionais. Vale dizer que, além do atendimento direto, a instituição elabora materiais de referência (textos, cartilhas, dossiês); de pesquisa e é um centro de referência para implantação de serviços similares.

Nada disso oculta o fato de que os recursos humanos são tão modestos quanto a casa que os abriga e que, às vezes, sofre com problemas de manutenção (o sonho de Juliana tem lá seus motivos). No atendimento trabalham, na parte técnica, duas psicólogas (a própria Branca e Alice Elizabeth Siqueira) e duas assistentes sociais (Marisa Condé e Maria Elisa Stampachio), além de quatro estagiárias (as estudantes de Psicologia Daniele de Oliveira Santos e a já citada Juliana, e as de Serviço social,

A LEI MARIA DA PENHA E SUAS ALTERAÇÕES

Sancionada em agosto de 2006, a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, aumentou o rigor das punições das agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar. Uma mudança importante ocorreu em fevereiro deste ano, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 10 votos a 1, que as ações penais fundamentadas na Lei Maria da Penha podem ser processadas mesmo sem a representação da vítima. Vale dizer: ainda que a mulher não denuncie seu agressor formalmente ou que retire a queixa, o Estado deve atuar, no que se chama de ação pública incondicionada. Essa possibilidade foi defendida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.424, apresentada pela Procuradoria Geral da República, que questionava previsão contrária da lei que pune a violência doméstica contra a mulher. O STF também considerou constitucionais três pontos da Lei Maria da Penha. Segundo os ministros, a lei não ofende o princípio da igualdade (artigo 1º); as varas criminais foram reconhecidas como o foro correto para o julgamento dos processos cíveis e criminais relativos a esse tipo de violência, como já prevê o artigo 33 da lei e, por fim, ratificaram a proibição de ações dessa natureza serem processadas em juizados especiais (Artigo 41).

Natalia Regina Parizotto e Juliana Pereira Urbini). Uma parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo garante a presença de quatro defensores(as) no local, duas vezes por semana. O trabalho, ao fim e ao cabo, acaba sendo feito a várias mãos, em equipe multi e interdisciplinar.

FORTALECIMENTO – "Exceto em algum caso excepcional, nós trabalhamos com atendimentos agendados", relata Branca. "Qualquer pessoa da equipe técnica pode fazer o acolhimento. Nós escutamos a pessoa e procuramos entender a situação que ela enfrenta, e a partir daí definir as condutas do atendimento, que pode ser diferente em cada caso, dependendo da realidade e necessidade trazida. Semanalmente há uma reunião de toda a equipe, envolvendo também os(as) defensores(as), nos quais a gente avalia cada situação e os encaminhamentos necessários", diz.

Embora possa não ser evidente à primeira vista, há uma "tecnologia" nesse processo que foi aprimorada ao longo do tempo. Branca dá um exemplo. "No começo os defensores entendiam que sua função primordial era abrir processos", conta. "Muitos ficavam até mesmo frustrados, quando uma mulher desistia da ação no meio do caminho". O que mudou? "No trabalho em conjunto, eles puderam compreender a importância de que a mulher esteja preparada, fortalecida e consciente antes de partir para uma ação judicial", diz.

Segundo ela, esse é, por sinal, o foco do trabalho. "O processo de orientação jurídica acontece juntamente com o fortalecimento psicológico, que se dá por meio do acolhimento e da escuta ativa, com espaço para todas as ambiguidades, medos e vulnerabilidades. Isso faz com que o processo de resgate de si mesma, como sujeito de sua própria história, aconteça no tempo em que ela precisar, considerando seu processo de reconstrução diante das experiências vividas, que em geral são complexas e dramáticas", afirma.

Outro aspecto relevante: muitas mulheres encontram-se em tal estado de fragilidade, que sequer conseguem formular aquilo que querem ou entender as orientações dadas pelo(a) defensor(a). Desnecessário dizer que processos como esses não se fazem com meia dúzia de atendimentos. Branca estima que, de cada 10 mulheres que procuram atendimento na Casa Eliane de Grammont, sete alcançam uma condição melhor. O período, no geral, varia entre seis meses e um ano.

Para isso são fundamentais as atividades que a instituição promove internamente. O teatro, comandado pela oficineira Natália Kesperé, é uma delas. Os grupos de ioga, dança e o de cinema, o Cine Pipoca, que se realizam semanal ou quinzenalmente, são outros. "São estratégias complementares, utilizadas para o desenvolvimento da autonomia e superação da condição de vítima e da violência vivida", diz Branca. "É também uma oportunidade para essas mulheres compartilharem sua situação, fortalecerem sua autoestima e encontrarem, enfim, o seu caminho".

Ainda que os propósitos sejam os melhores, a realidade está longe de ser fácil. "Muitas mulheres voltam para os maridos e continuam no processo de violência, que pode nem chegar a agressão física, mas que psicologicamente é devastador", diz Branca. Outras, segundo ela, avançam no processo de conscientização, mas não se libertam inteiramente da situação em que vivem. Outras, ainda, passam a crer que não há solução possível. Mas existem inúmeros casos e histórias bem-sucedidas, com superação e reconstrução de si mesmas e de seus caminhos e escolhas. "O que eu costumo dizer a elas é que às vezes não há solução de imediato, mas que lá na frente pode haver", afirma. Maria, Bete e Dulce, as três intérpretes da peça representada na tarde dessa sexta-feira, são um exemplo de que voltas por cima são possíveis.

absurdo algemado

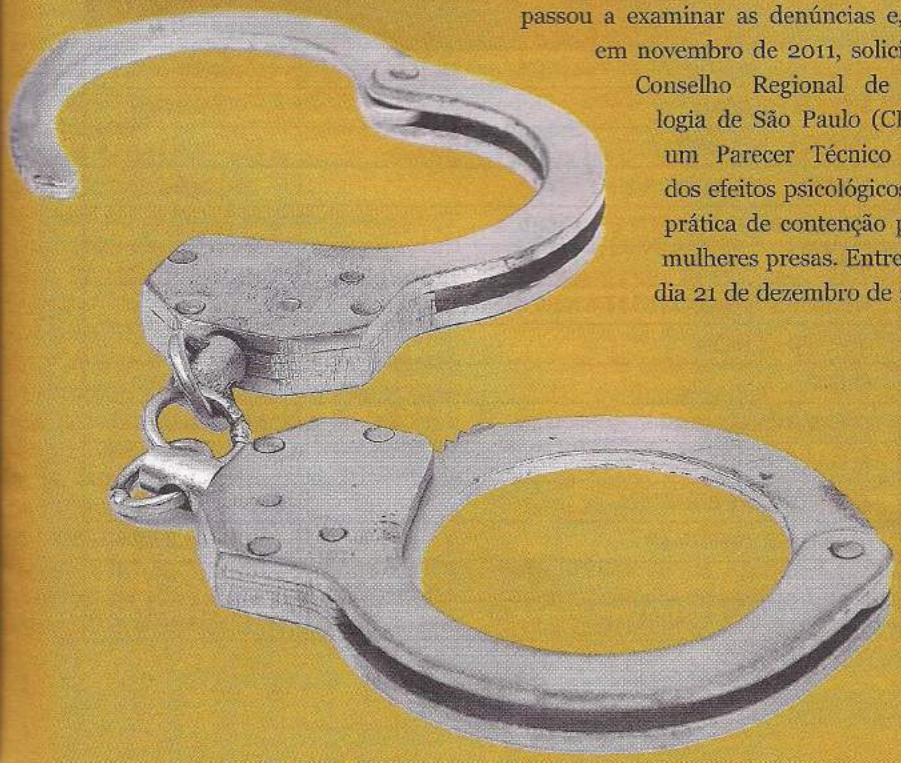
Pressão social leva à proibição do uso de algemas em presas durante e após o trabalho de parto e mostra o despreparo do Estado para lidar com as especificidades da realidade feminina no meio prisional

O uso de algemas em presas grávidas, durante o trabalho de parto e no subsequente período de sua internação em estabelecimento de saúde, foi proibido em São Paulo por meio do Decreto Estadual 57.783 de 10/02/2012. A iniciativa do Executivo se deu após reportagem veiculada na TV pelo Jornal da Record no dia 31 de janeiro. No vídeo, feito por um funcionário do Hospital Estadual Professor Carlos da Silva Lacaz, na cidade de Francisco Morato, Elisângela Pereira da Silva aparecia algemada ao leito pelos pés e mãos. A prática já vinha sendo denunciada por entidades como a Pastoral Carcerária e, em novembro de 2011, o jornal *Folha de São Paulo* publicou relatos de detentas que haviam passado pela mesma situação. O governo paulista negou, à época, o uso de algemas durante o parto ou depois dele.

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo – Núcleo da Situação Carcerária – passou a examinar as denúncias e, ainda em novembro de 2011, solicitou ao Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) um Parecer Técnico acerca dos efeitos psicológicos dessa prática de contenção para as mulheres presas. Entregue no dia 21 de dezembro de 2011, o documento de seis páginas, elaborado pelo Grupo de Trabalho Sistema Prisional, concluía afirmando que "... o uso de algemas em mulheres no momento do parto viola diretrizes nacionais e internacionais no que diz respeito ao parto humanizado e se configura como um agente estressor, potencialmente prejudicial ao bem-estar emocional da mulher e do bebê."

Ainda em novembro, a Associação Juízes para a Democracia (AJD) emitiu nota qualificando a prática como ilegal, repugnante, covarde, imoral e violadora da dignidade humana. Exigiu também que o governo do estado determinasse a sua imediata proibição. O Conselho Federal de Psicologia apoiou a nota da AJD, que também recebeu ofício do CRP SP em solidariedade à sua manifestação. A seção São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil também emitiu, em 7 de dezembro, nota pública considerando o ato ilegal.

Para José Ricardo Portela, Conselheiro e Coordenador do GT Sistema Prisional do CRP SP, o decreto vedando o uso de algemas em presas grávidas foi uma vitória das forças sociais e entidades como Defensoria Pública, AJD, Pastoral Carcerária e CRP, que se empenham na defesa da dignidade humana. Não muda, contudo, o fato de que o sistema prisional brasileiro continua despreparado para lidar com as especificidades da realidade feminina nesse meio. "Faltam políticas públicas que possibilitem um acompanhamento minimamente adequado das presas no período de gravidez", afirma. O tema Sistema Prisional foi abordado na Consulta Pública realizada pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), na sede do CRP SP, no dia 29 de fevereiro (*leia na página 10*).



Até o final de 2012, psicólogos (as) poderão acessar documentos e responder questões sobre os temas abordados nas pesquisas do Crepop. As consultas irão validar as referências para as práticas dos(as) profissionais em diversas áreas de atuação.

consultas públicas participe!

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) realizará, ao longo de 2012, um conjunto de consultas públicas com o objetivo de validar referências para a prática do(a) psicólogo(a) em 15 áreas de atuação distintas (*veja tabela nesta página*). As consultas públicas são a última etapa antes da elaboração final dos documentos de referência. Antes dela, são realizadas entrevistas e/ou pesquisas com gestores(as) e profissionais que atuam na área e um documento com análises e propostas é formulado por uma comissão especializada. Em alguns casos, nos quais a atuação do(a) psicólogo(a) ainda não está consolidada, como em Emergências e Desastres, por exemplo, os documentos de discussão são produzidos sem a realização de pesquisas.

A consulta pública é realizada *on-line*. Os(as) psicólogos(as) interessados(as) devem acessar o *site* do Crepop (http://crepop.pol.org.br) e informar CPF e *e-mail* para ter acesso ao documento formulado pela comissão. Além do documento, está disponível um formulário que possibilita aos(às) participantes fazerem avaliações e sugestões sobre os diversos eixos abordados. O período de cada uma das consultas públicas se estende por aproximadamente 45 dias.

A realização de consultas públicas sobre 15 áreas em um só ano representa um avanço. A crescente presença de psicólogos(as) em áreas do Estado que prestam serviços à população levou à criação do Crepop em 2006, com o objetivo de oferecer referências de atuação. Nos últimos anos, o Centro produziu seis documentos, ao mesmo tempo em que foi se estruturando nos Conselhos Regionais de todo o país. Esse período inicial permitiu sistematizar e agilizar o processo de produção das referências, avalia Ana Gonzatto, Assessora Técnica do Crepop SP.

É importante lembrar que os documentos de referência não estabelecem definições rígidas para o trabalho dos(as) psicólogos(as). Eles visam oferecer linhas gerais de atuação, baseadas em saberes compartilhados e legitimados pelos(as) profissionais da área, a partir de reflexões críticas. É por esse motivo que a participação nas consultas públicas é tão significativa.

Paralelamente às consultas *on-line*, os Conselhos Regionais têm, em alguns casos, promovido eventos presenciais com o objetivo de fomentar debates. Foi o caso, no CRP SP, do encontro promovido em 29 de fevereiro, pelo Grupo de Trabalho do Sistema Prisional em que foi possível levantar temas e aspectos sobre a área que não estavam contemplados no documento original. No dia 30 de janeiro também foi realizada uma reunião para abordar a atuação dos(as) psicólogos(as) na atenção à mulher sob violência de gênero.

Outros debates irão acontecer ao longo de 2012. Para saber da programação completa, acesse www.crepop.pol.org.br ou se cadastre para receber os boletins eletrônicos do CRP SP no www.crpsp.org.br

AS CONSULTAS DE 2012

ÁREA	PERÍODO
MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	Concluído
SISTEMA PRISIONAL	Concluído
EDUCAÇÃO INCLUSIVA	Concluído
EDUCAÇÃO BÁSICA	Concluído
MOBILIDADE, TRANSPORTE E TRÂNSITO	Concluído
CAPS	Concluído
MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO	Concluído
QUESTÃO DA TERRA	Concluído
CREAS	14/05 a 08/07
QUESTÃO RACIAL	28/05 a 22/07
ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	11/06 a 05/08
EMERGÊNCIAS E DESASTRES	25/06 a 19/08
PSICOLOGIA HOSPITALAR	01/08 a 26/09
CRAS	01/09 a 25/11
ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE	01/10 a 23/12

uma nova forma de organização

CRP SP adota gestão por projetos, reforça a intersetorialidade no tratamento de temas e foca na busca de soluções a partir de contextos concretos.

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo está implantando uma nova forma de gestão. As ações da entidade passam a seguir o modelo de gestão por projetos, de acordo com as diretrizes do Planejamento Estratégico 2012, realizado entre setembro do ano passado e janeiro deste ano. Foram definidos seis projetos integradores: Sistema Conselhos; Interfaces com a Justiça; Mundo do Trabalho; Regionalização; Proposição de Políticas Públicas; Medicalização da Vida, Judicialização de Crianças e Adolescentes e Patologização das Identidades Sexuais e de Gênero. Eles deverão orientar as ações do Conselho visando à garantia do efetivo exercício profissional, a descentralização dos serviços, o fortalecimento das subsedes e, sobretudo, uma abordagem dos temas ligados à Psicologia, sob uma perspectiva intersetorial e cada vez mais referenciada em situações do cotidiano.

Dentro do novo modelo, muitas das Comissões Temáticas e dos Grupos de Trabalho deixam de existir. As ações passam a ser realizadas por grupos reunidos em torno de cada um dos seis projetos integradores, sob a coordenação de um(a) conselheiro(a) (*veja ao lado*). Ficam mantidas, contudo, as comissões regimentais (Direitos Humanos, Ética, Orientação e Fiscalização e Concessão de Título de Especialista). Permanecem também algumas comissões estratégicas, como a de Sexualidade e Gênero e alguns Grupos de Trabalho, como o de Povos Indígenas e História e Memória da Psicologia, que servem de referência de atuação para todo o país.

"A gestão por projetos é largamente adotada em outras áreas e nós entendemos que ela poderia trazer um salto de qualidade para a atuação do Conselho", afirma a presidenta Carla Biancha Angelucci. Segundo ela, o modelo anterior mesclava áreas temáticas da profissão com recortes populacionais – ao tratar, por exemplo, de questões como Criança e Adolescente, Sexualidade e Gênero –, o que facilitava o aprofundamento dos temas, mas também possibilitava um processo de isolamento e fragmentação das discussões típicos do trabalho por áreas.

"Faltava, internamente, algo pelo qual nós temos lutado em outras frentes: uma abordagem intersetorial. O que nós queremos, portanto, é, sem abrir mão do conhecimento aprofundado, produzir novos olhares e permitir uma articulação mais efetiva com as questões vividas no dia a dia profissional, sempre marcado pela complexidade de experiências e múltiplas relações entre campos de saber", diz.

Uma das expectativas é que novas perspectivas brotem da troca de experiências entre psicólogos(as) e profissionais convidados(as), com vivências em campos distintos, como Saúde e Justiça, por exemplo. Outra expectativa é a de examinar situações nos contextos em que elas ocorrem. "Mais do que falar sobre homofobia, nós podemos verificar de que formas o preconceito se manifesta na escola ou numa Unidade Básica de Saúde e, desse modo, avaliar como a Psicologia pode contribuir para enfrentar o problema; mais do que dizer que não é bom para uma criança ficar 365 dias por ano numa creche, nós podemos discutir essa situação em relação com o mundo do trabalho e suas repercussões para a vida das mulheres. O que nós queremos com essa mudança é inserir de modo ainda mais radical a Psicologia no mundo", afirma Biancha.

Vale dizer que, ao longo do Planejamento Estratégico 2012, foram definidos objetivos, planos tático-operacionais e resultados estratégicos a serem alcançados para cada um dos projetos integradores. O objetivo geral foi o de ampliar impactos e diálogos com os(as) psicólogos(as), com o Estado nas suas três esferas (Legislativa, Executiva e Judiciária) e com a sociedade.

Veja, a seguir, quais são os seis projetos integradores e seus principais objetivos:

SISTEMA CONSELHOS – Será responsável pelas ações unificadas da Psicologia em todo o país. É o caso da 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, do Ano Temático da Avaliação Psicológica, da ação unificada de álcool e outras drogas, do Grupo de Trabalho Nacional sobre Emergências e Desastres, o Seminário Nacional sobre Psicologia do Trânsito e o ciclo de Pesquisas do Crepop. A coordenação é da Conselheira Marilia Capponi.

INTERFACES COM A JUSTIÇA – Articula todos os temas relacionados à rede de garantia de direitos (sistema prisional, adolescentes em conflito com a lei, escuta de crianças e adolescentes envolvidos(as) em situação de violência, atuação de psicólogos(as) no Judiciário, parcerias do CRP SP com Ministério Público e Defensoria Pública, etc.) ou estão vinculados à garantia de direitos. A coordenação é da Conselheira Fernanda Bastos Lavarello.

MUNDO DO TRABALHO – Os Conselhos de Psicologia são responsáveis por assegurar a qualidade profissional dos serviços psicológicos prestados à população. As condições e relações de trabalho nas quais se dá essa oferta de serviços podem prejudicar o exercício profissional. O objetivo deste projeto é identificar essas situações e aprimorar as referências para a atuação psicológica no contexto do Trabalho, bem como propor diálogo com as instâncias legais, sindicais e as entidades da Psicologia, a fim de que sejam garantidas condições para o efetivo exercício profissional. A coordenação é do Conselheiro Joari Aparecido Soares de Carvalho.

REGIONALIZAÇÃO – O objetivo é tornar a atuação do CRP SP mais presente em todo o estado de São Paulo, orientando, conhecendo as diferentes realidades de trabalho, aprimorando a organização de coletivos de profissionais, fiscalizando o exercício profissional, colaborando na construção e consolidação de referências para os(as) psicólogos(as) e fortalecendo o diálogo com a população e com os(as) gestores(as) locais. A descentralização de processos e a contratação de psicólogos(as) assistentes técnicos(as) são exemplos de ações que deverão prover ainda mais condições para o trabalho realizado em cada uma das nove subsedes. A coordenação é da Conselheira Graça Camara.

MEDICALIZAÇÃO, JUDICIALIZAÇÃO E PATOLOGIZAÇÃO – Estes são exemplos de questões sociais que são artificialmente transformadas em problemas individuais. As soluções usualmente adotadas pela sociedade são consideradas pela Psicologia como adoecedoras e, muitas vezes, criminalizantes. O projeto visa discutir com os(as) psicólogos(as) o impacto desses processos sobre o exercício profissional e sobre a qualidade de vida da população, bem como criar mecanismos de intervenção junto à sociedade e aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A coordenação é do Conselheiro Luiz Tadeu Pessutto.

PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – O objetivo é publicizar posicionamentos consolidados e referências constituídas pelos Conselhos em torno de Políticas Públicas. É mostrar para instituições como o Judiciário, o Legislativo e o Executivo o que a Psicologia já tem de reflexão sobre temas (em áreas como Saúde e Educação, por exemplo) e como ela propõe que estas situações sejam trabalhadas. A coordenação é de Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo.

um jogo com r

Lei que regulamenta a execução de medidas socioeducativas é recebida como avanço e sinaliza mudanças. Os desafios para sua implementação, contudo, não são poucos e requerem a participação dos (das) psicólogos(as) que atuam na área.

Desde o dia 20 de abril está em vigor a Lei 12.594, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamentou a execução das medidas socioeducativas. A lei estabelece diretrizes específicas para a operacionalização das medidas, que deverão ser seguidas em todo o país e põe fim a interpretações discordantes de artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além de enfatizar princípios como os da excepcionalidade e da brevidade, que apontam para uma redução das medidas privativas de liberdade, em benefício das medidas em meio aberto. Para profissionais que atuam na área, contudo, seus efeitos positivos dependerão de como se dará sua implantação.

O Sinase existia desde 2006 sob a forma de resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão encarregado da formulação, monitoramento e avaliação das políticas de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do(a) adolescente no Brasil. Modificado, ganhou forma de lei, alcançando um reconhecimento maior e um caráter mais impositivo.

"A padronização de procedimentos em todo o Brasil é um dos aspectos importantes da lei", diz a juíza auxiliar da Corregedoria do Tribunal de Justiça de São Paulo para a área de Infância e Juventude, Maria de Fátima Pereira da Costa e Silva. Segundo ela, mesmo no estado de São Paulo existiam, até agora, diferenças entre os procedimentos seguidos na capital e no interior. A juíza acredita que o Departamento de Execuções da Infância e Juventude de São Paulo (DEIJ), na capital, onde atuou durante 14 anos, já segue boa parte dos procedimentos previstos pela Lei 12.594. Ainda assim, mudanças terão de ocorrer. Entre elas, a realização da visita íntima, prevista no artigo 68. A juíza admite reservas com relação a esse ponto, mas não tem dúvida em afirmar: "A lei prevê e terá de ser aplicada", diz.

Outro aspecto importante é o estabelecimento de regras na aplicação e acompanhamento das medidas socioeducativas. Para o defensor público Flávio Américo Frasseto, professor do mestrado Adolescente em Conflito com a Lei, na Uniban, a inexistência dessas regras deixava os juízes na condição de tomar decisões com base em critérios pessoais. "A Lei 12.594 estabelece uma sequência de atos que vão orientar procedimentos e reduzir o nível de discricionariedade judicial na decisão", diz. Para a defensora pública na Regional

egras

Infância e Juventude da Capital, Fabiana Botelho Zapata, a nova lei também favorece a objetivação dos processos e garante limites na aplicação de sanções. Vale lembrar, como observa Frasseto, que a nova lei estipula a obrigatoriedade da participação de advogado(a) de defesa ou de defensor(a) público nos processos de execução de medida. "Na ausência de defensor, decisões judiciais que agravem a situação do adolescente serão passíveis de anulação", afirma o defensor.

O DESAFIO DO PIA – Do ponto de vista da Psicologia, um dos aspectos mais significativos da nova lei foi não apenas o estabelecimento, mas também o detalhamento do Plano Individual de Atendimento (PIA). Trata-se de um instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o(a) adolescente, que deve ser elaborado sob responsabilidade de equipe técnica, com a participação efetiva do(a) adolescente e de sua família.

No artigo 54, são apontados os itens mínimos que o PIA deverá apresentar:

I - Resultados da Avaliação interdisciplinar;
II - Os objetivos declarados pelo(a) adolescente;
III - A previsão de suas atividades de integração social ou capacitação profissional;
IV - Atividades de integração e apoio à família;
V – Formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual;
VI – Medidas específicas de atenção à sua saúde.

Nos casos de medidas de semiliberdade ou internação, o PIA ainda deverá conter:

I – A designação do Programa de Atendimento mais adequado para o cumprimento da medida;
II – A definição das atividades internas e externas, individuais ou coletivas, das quais o(a) adolescente poderá participar;
III – A fixação das metas para o alcance de desenvolvimento de atividades externas.

Outro aspecto significativo da lei foi o estabelecimento de prazos para a elaboração do PIA. Ele é de 45 dias da data de ingresso do(a) adolescente no programa de atendimento (nos casos de internação e semiliberdade) e de 15 dias, no caso de medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida.

Apesar dos cuidados acima, a lei não especifica parâmetros em relação às equipes técnicas, observa a psicóloga e Conselheira do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRPSP), Gabriela Gramkow. "Não há indicadores sobre o porte mínimo das equipes técnicas para garantir a realização dos PIAs nos prazos requeridos e com a qualidade necessária", afirma.

Fazer funcionar o PIA é um dos desafios mais imediatos colocados pela nova lei. Para Frasseto, que é também psicólogo de formação, a proposta de governar a intervenção socioeducativa por meio do PIA é boa, mas precisa ser operacionalizada. "Essa é uma prática a ser construída. Faltam referências consistentes nessa área e clareza como proceder diante de algumas situações", diz. Exemplo disso, segundo ele, é quando a lei faz referência à participação do(a) adolescente na elaboração do plano. "O que deve constar no PIA? Somente aquilo que o(a) adolescente se compromete a fazer ou também aquilo que o profissional entende que ele(a) deva fazer?".

Um segundo aspecto diz respeito à qualidade dos planos. Há um temor de que a insuficiência de profissionais nas equipes técnicas e a pressão de prazos possam conduzir a desvios como a burocratização do PIA. Outro, é de que os planos se detenham em diagnósticos elaborados, mas que pouco avancem no sentido de objetivar cursos de ação. Quanto à primeira situação, a juíza Maria de Fátima entende que é papel dos(as) juízes(as), dos(as) promotores(as) e dos(as) defensores(as) exigir e atuar para que os PIAs efetivamente atendam as necessidades daquele(a) adolescente. Quanto à segunda, o defensor Flávio Frasseto sugere que os documentos coloquem mais ênfase nas potencialidades do que nos diagnósticos que levaram o(a) adolescente à sua situação atual. "Essas são questões que nos preocupam", diz Fabiana Zapata. "A defensoria está realizando internamente sessões de estudo para ver de que maneira irá instrumentalizar o PIA e, de resto, os demais aspectos previstos na lei".

EXPECTATIVAS – Até que ponto haverá melhoras na situação dos(as) adolescentes em conflito com lei é algo que só poderá ser avaliado mais à frente. A própria lei prevê que a União, em articulação com os estados e municípios, realizará avaliações periódicas dos Planos de Atendimento Socioeducativos em intervalos não superiores a três anos. A defensora Fabiana Zapata acredita que, ao dar ênfase nas medidas cumpridas em meio aberto, a Lei 12.594 pode dar uma contribuição importante para a melhoria do quadro envolvendo adolescentes em conflito com

a lei. "Há uma correlação direta entre o tempo que o(a) adolescente permanece institucionalizado(a) e o seu envolvimento em atos infracionais após a internação", afirma.

Para a juíza Maria de Fátima, tão importante quanto os avanços nos aspectos previstos na Lei 12.594, é o fortalecimento da rede de atenção. "Os profissionais que integram as equipes multidisciplinares precisam ter uma preocupação muito especial com a articulação da rede, no sentido de buscar e garantir os atendimentos necessários, até mesmo com o apoio da Justiça, se for o caso". A própria juíza, por sinal, esteve à frente de processos visando garantir o atendimento de adolescentes em conflito com a lei em Centros de Atenção Psicosocial (CAPS), que se recusavam a recebê-los(las). Outro aspecto destacado pela juíza é a necessidade de se investir na prevenção. "Eu costumo dizer que o menino precisa passar por outras estações antes de descer no Brás", diz. Brás, para os que não conhecem São Paulo, é a estação de metrô mais próxima da unidade de atendimento inicial da Fundação Casa.

Do ponto de vista da Psicologia, a Conselheira Gabriela Gramkow entende que um aspecto importante é o foco. "O psicólogo que atua na área é, antes de tudo, um profissional da Saúde e deve estar focado no jovem e não no sistema de justiça ao qual está integrado", avalia. Isso significa, segundo ela, que o processo de atendimento não pode se limitar à dinâmica jurídica, como muitas vezes acontece, mas estar voltado para a criação de possibilidades definidas a partir do PIA. "Mesmo com as reconhecidas dificuldades e limitações existentes, é fundamental que o profissional busque na rede os recursos de que o adolescente precisa em termos de educação, saúde, trabalho ou geração de renda. Mais importante ainda é envolver o adolescente numa proposta que, elaborada com ele e a partir dele, crie uma nova perspectiva para a sua vida", afirma.

São José do Rio Preto debate educação inclusiva

A subsede de São José do Rio Preto realizou, no dia 18 de abril, a Roda de Conversa sobre Educação Inclusiva, sob a Coordenação da psicóloga Elisana Marta Machado de Souza. O evento foi aberto com a apresentação do vídeo de divulgação da Mostra Nacional de Práticas em Psicologia e contou com a presença de 52 participantes, entre psicólogos(as), professores(as) de Educação Especial e gestores(as) da área de Educação do município. A Roda de Conversa abriu espaço para os(as) psicólogos(as) explanarem o seu fazer na área educacional e escolar. Na sequência foi apresentada Nota Técnica sobre a atuação do psicólogo em Instituições Escolares e Educacionais.

Oitivas na subsede **Grande ABC**

Uma Comissão de Instrução começou a operar em dezembro de 2011 na subsede Grande ABC do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, em Santo André. Com essa comissão é possível que as oitivas dos Processos Éticos movidos contra profissionais da região sejam realizadas na própria subsede e não mais na sede, em São Paulo. Cinco oitivas foram realizadas já nos dois primeiros meses de 2012 e seis outras estão programadas. A iniciativa faz parte do projeto de regionalização do CRP SP.

A realização de oitivas fora da sede começou em 2008, em Campinas, e se estendeu nos anos seguintes para as subsedes de Ribeirão Preto e Bauru. A do Grande ABC é a quarta a dispor do serviço. A próxima deverá ser a de São José do Rio Preto. Vale lembrar que o julgamento dos processos ocorre necessariamente na sede.

"A realização das oitivas nas subsedes visa tornar mais célere o andamento dos processos e permitir que o psicólogo possa ser atendido mais próximo de sua residência", explica a Conselheira e gestora da Subsede Grande ABC, Janaína Leslão Garcia. "No nosso caso, a distância da capital é menos significativa; o volume de processos, contudo, torna a realização das oitivas na região importante para o Conselho", afirma. Em fevereiro, de 117 processos instaurados, 13 eram provenientes do ABC.

Segundo a Conselheira e Presidenta da Comissão de Ética, Patrícia Bataglia, a realização das oitivas é antecedida pela montagem de uma comissão de instrução, que recebe treinamento e suporte por parte da própria Comissão de Ética e do Jurídico do CRP SP. Ela destaca ainda que a entidade vem investindo na estrutura de pessoal das subsedes. "Recentemente tivemos um concurso público visando a contratação de assistentes técnicos", diz. "Com isso será possível ampliar a realização de serviços importantes, fiscalização entre eles, a partir das próprias subsedes".

Subsedes ganham memorial no site do CRPSP

A página das subsedes no *site* do CRP SP está ganhando um memorial, contendo sua história, ações e gestores(as) que por elas passaram. O projeto vem sendo desenvolvido desde junho de 2011. A sede do CRP SP também deverá ganhar seu histórico, mas sua elaboração ainda demandará tempo. "Há uma quantidade muito grande de informações a serem levantadas e trabalhadas no caso da sede", explica o Conselheiro Luiz Tadeu Pessutto, responsável pela coordenação do projeto e pela organização do material referente à sede. A expectativa é que o trabalho esteja concluído até o final do ano. Os(as) interessados(as) poderão acessar o memorial no endereço http://www.crpsp.org.br/portal/conselho/subsedes.aspx

conferências nacionais de 2011 um balanço

Os(as) psicólogos(as) tiveram participação em diversas Conferências Nacionais (CN) sobre Políticas Públicas realizadas em 2011, entre elas a 14ª CN de Saúde, a 2ª CN LGBT e a 8ª CN de Assistência Social. Veja a seguir as avaliações sobre cada uma delas, sob a ótica da Psicologia. Vale destacar ainda a realização de Conferências em 2012, entre elas a 9ª CN dos Direitos da Criança e do Adolescente; a 2ª CN de Defesa Civil e Assistência Humanitária e a 1ª CN sobre Transparência e Controle Social. As conferências de políticas públicas apontam para uma colaboração entre Estado e sociedade civil no sentido de estabelecer uma agenda de governo a partir de uma ampla discussão em torno de demandas e propostas.

8ª CN de ASSISTÊNCIA SOCIAL

A participação dos(as) profissionais e das organizações de Psicologia foi maior e melhor, em relação a outras conferências, o que vai consolidando um lugar e um papel para a psicologia no Suas. A Psicologia (profissionais e organizações) apontou questões sobre sua própria presença no Suas; levou materiais que o CFP/Crepop produziu sobre a possibilidade inserção de psicólogos no Suas, além de materiais sobre o Suas em geral. Por exemplo, em relação à garantia de direitos de usuários(as), ao trabalho multiprofissional, ao controle social (sobretudo a participação de usuários(as) e trabalhadores(as)), à gestão da política de Assistência Social e, sobretudo, na organização de uma identidade coletiva de trabalhadoras e trabalhadores do Suas, de forma multiprofissional, considerando as contribuições das várias categorias para garantir os direitos dos(as) usuários(as) e qualificar a política.

"A conferência abriu um pouco mais de espaço, mas não o suficiente, para o aprofundamento da discussão sobre as condições de trabalho e o papel dos(as) trabalhadores(as) no Sistema Único de Assistência Social", avalia o Conselheiro do CRP SP, Joari Aparecido Soares de Carvalho. "A reivindicação de que o tema fosse sobre trabalhadores partiu das organizações trabalhistas, na conferência de 2009, mas foi necessário um grande esforço para convencer o CNAS a deliberar pelo tema finalmente designado como Consolidação do Suas e a Valorização dos Trabalhadores". Em alguns estados, segundo ele, a proposta de discussão avançou mais, mas em São Paulo não houve essa abertura, ainda que os(as) trabalhadores(as) tenham tentado. "Várias questões ficaram pelo caminho, como sobre a participação dos servidores(as) públicos municipais e estaduais nos órgãos de controle social (conferências e conselhos), Planos de Cargos, Carreiras e Salários, Diretrizes de Capacitação". Por outro lado, ficou evidente nas discussões e em algumas deliberações que há muita precariedade nos vínculos de trabalho do Suas, sejam públicos e privados, o que requer medidas urgentes para serem corrigidos, como rotatividade, baixos salários, exploração de trabalho voluntário e falta de concurso na administração pública. No caso da conferência estadual de São Paulo, ainda resta a avaliação do cumprimento das deliberações das conferências, uma vez que restam muitas dúvidas sobre o resultado das deliberações de 2009, que foram só apresentados e não discutidos, em 2011. No âmbito nacional, dois encaminhamentos foram dados. Primeiro, uma deliberação com amplo apoio da Plenária quanto à implantação da mesa de negociação nacional sobre o trabalho no Suas, cujo prazo de cumprimento se encerrou em maio para o MDS cumprir, o que servirá de impulso para serem implantadas também em estados e municípios. Esse espaço servirá para reunir estrategicamente várias discussões que ficam separadas e sem efeito sobre condições e relações de trabalho. Além disso, é um espaço para discutir tanto o trabalho público quanto o privado, o que permite uma visão global sobre o trabalho no Suas e contribuirá para garantir a equidade entre essas duas esferas de trabalho. Também foi apresentada uma agenda do MDS e do CNAS sobre a implantação da Política de Gestão do Trabalho, cujo elemento central será a Política Nacional de Capacitação.

14ª CN DE SAÚDE

A privatização da saúde foi tema de grande destaque na conferência. Segundo a Conselheira do CRP SP, Marilia Capponi, o evento reafirmou o desejo da população por um SUS público, estatal e de qualidade. "As Organizações Sociais (OSs), formato largamente adotado em São Paulo e que caminha no sentido da total privatização dos serviços, foram claramente rechaçadas pelos delegados". Além disso, estiveram na pauta dessa conferência aspectos como o financiamento da Saúde e o acesso da população aos serviços. Outra posição igualmente enfática, dessa vez no campo da Saúde Mental, foi a condenação do financiamento público das comunidades terapêuticas destinadas ao tratamento de álcool e outras drogas. "Foi feita uma moção de repúdio não apenas contra o financiamento dessas instituições, mas também contra a internação compulsória. Em síntese, a Conferência adotou uma postura em defesa de uma política pública de saúde que respeita os Direitos Humanos.

2ª CN LGBT

A 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT teve como principais pontos de reivindicação por parte da sociedade civil:

1) Aprovação do PLC 122, que criminaliza a homofobia, em sua versão original, já que o substitutivo apresentado é muito genérico e abre brechas para diferentes interpretações sobre o que seria entendido como um ato de homofobia.

2) Priorização de ações na prevenção e combate à homofobia nas escolas, bem como a aprovação pelo governo federal do material do Projeto Escola Sem Homofobia.

3) Efetivação da laicidade do Estado, garantindo que pressupostos religiosos não interfiram nas práticas políticas.

O movimento social também reconheceu que o maior avanço desde a última e primeira Conferência Nacional LGBT foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de legitimar a união civil estável entre homossexuais e que as propostas e diretrizes aprovadas na primeira Conferência pouco foram implementadas no âmbito das políticas públicas e na garantia de direitos para a população LGBT.

As discussões de maior interesse para a Psicologia giraram em torno da saúde e da educação. No âmbito da saúde, definiu-se como prioridade o acesso integral à saúde para travestis e transexuais, através do aprimoramento do chamado "processo transexualizador" do SUS e da ampliação do atendimento ambulatorial a essa população. No âmbito da educação, discutiu-se a necessidade da implementação de políticas públicas para combater a homofobia nas escolas, bem como estratégias para promover uma educação inclusiva para a diversidade sexual e de gênero.

O CRP levou e divulgou amplamente o Manifesto Pela Despatologização das Identidades Trans, que teve a adesão do Conselho Federal de Psicologia. Foi realizada uma reunião com os(as) psicólogos(as) presentes para articulação e discussão de temas pertinentes à Psicologia.

A 2ª Conferência teve um formato mais objetivo, pois cada Grupo de Trabalho elaborou apenas cinco diretrizes. Nesse sentido, houve um grande esforço de síntese e articulação de ideias. Por outro lado, a elaboração de grandes diretrizes gerou a proposição de teses muito amplas, o que pode causar superficialidade e não abranger as especificidades que cada tema exige. ●

a vulnerabilidade

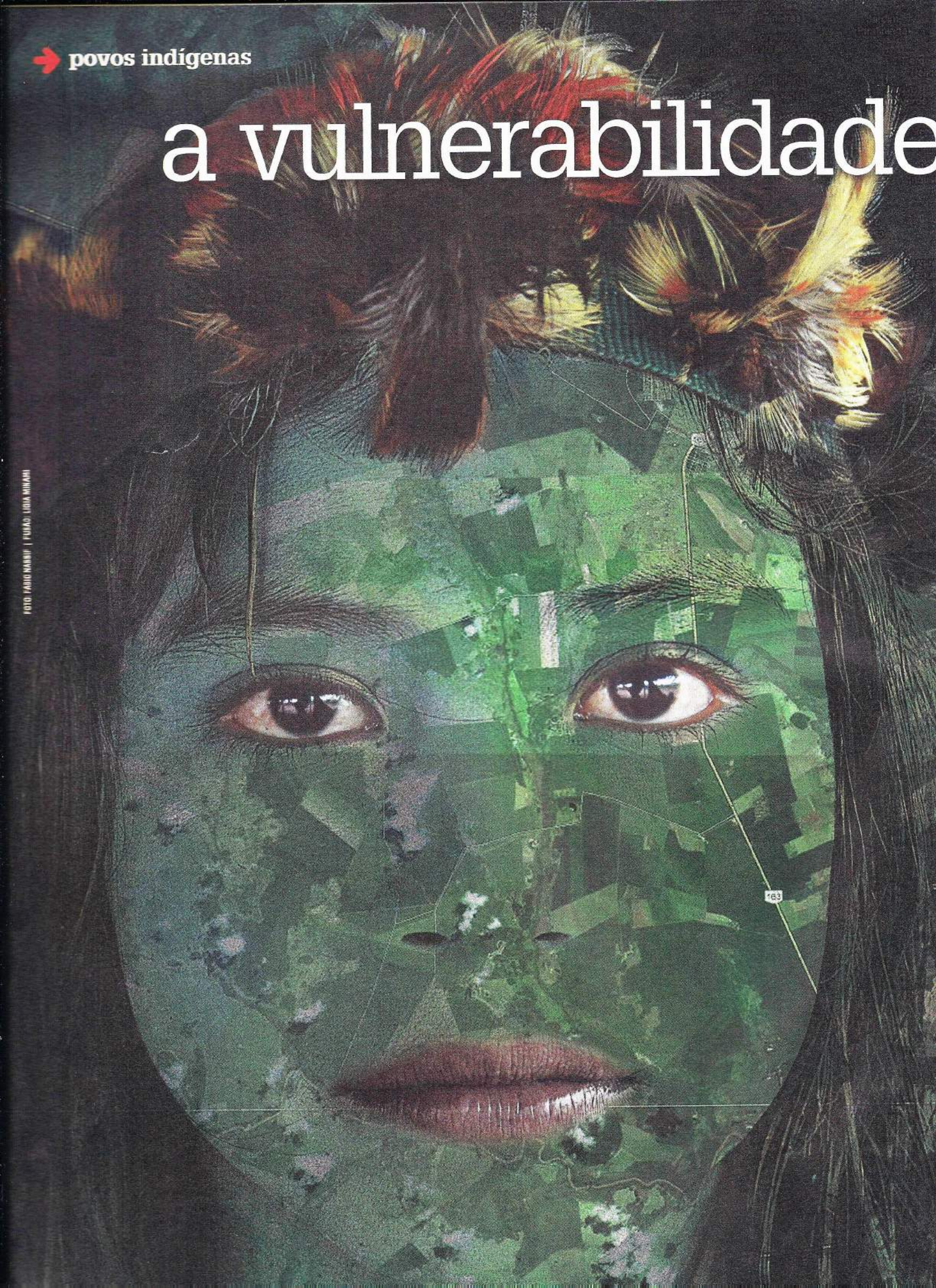


FOTO: FABIO NABBIF | FUNAI: LIGIA MINAMI

dos guarani kaiowá

Um ligeiro *zoom* com o *Google Maps* sobre algumas áreas em torno do Cone Sul do Mato Grosso do Sul mostra o que poderia ser uma pintura abstrata: áreas de cultivo de cana, soja e milho formam um *patchwork* elegante e discreto em tons suaves de verde e marrom. É a superfície visível sobre a qual está assentada uma parte do agronegócio brasileiro, responsável por uma exportação recorde de 95 bilhões de dólares em 2011. O que a ferramenta do *Google* não mostra, mesmo elevando-se o *zoom* ao máximo, é o sofrimento, a miséria e o genocídio a que vem sendo submetido o povo Guarani Kaiowá que habita aquela região. Sitiados em aldeias, algumas espremidas em nesgas de matas cercadas de jagunços por todos os lados, cerca de 2 mil deles tentam se manter vivos, contra todo o poder à sua volta.

O símbolo maior da resistência a esse avanço é, ainda hoje, o cacique Marcos Veron, assassinado em 13 de janeiro de 2003, na aldeia Takuara. Levados à julgamento, três pistoleiros foram condenados por crime de sequestro, tortura e formação de quadrilha, mas absolvidos do crime de homicídio. O fazendeiro proprietário da fazenda Brasília do Sul, mandante do assassinato, ainda não sentou no banco dos réus. Desde então, a violência contra os Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul aumentou. Em 2007, por exemplo, 35 indígenas foram assassinados e houve pelo menos mais 26 tentativas, algumas delas envolvendo crianças entre 8 e 12 anos, segundo carta então endereçada à presidência da República pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Recentemente, em novembro de 2011, uma comunidade Kaiowá foi atacada por cerca de 40 pistoleiros. Um indígena foi assassinado e quatro desapareceram. Desde a morte de Veron, 258 lideranças foram exterminadas.

Pode-se procurar, além dos(as) culpados(as) de sempre, os(as) corresponsáveis por essa situação de tragédia. O Artigo 231, parágrafos 1 e 4 da Constituição Federal, reconhece o direito à terra originária. Houvessem essas terras sido demarcadas conforme previsto desde 2008 pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e talvez os Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul não estivessem enfrentando a perda do pouco que lhes restou em processo de reintegração de posse que corre na justiça federal. Tivesse havido uma posição mais clara por parte dos órgãos de Estado no sentido de coibir a violência e a situação naquela área poderia ser menos desesperadora. Não é por acaso que o Tribunal Popular da Terra, rede de organizações voltada à denuncia de violações aos Direitos Humanos realizou, em São Paulo, dois "julgamentos" do Estado brasileiro.

Tratam-se, é claro, de julgamentos políticos. Para recolher elementos de prova sobre a situação ali existente, mas também para dar visibilidade a uma questão que escapa tanto aos satélites do Google como à pauta jornalística da mídia dominante, o Tribunal Popular organizou uma expedição à região (*leia boxe*). Formada por 48 membros, entre eles indígenas, profissionais e representantes de entidades diversas, a viagem se estendeu dos dias 11 a 22 de janeiro deste ano e teve como objetivo principal a produção de um relatório. A Psicologia se

FÁBIO NASSIF

MARINA D'AQUINO

> "Os brancos acham mesmo que estou sendo pacificada, mas posso testemunhar que ainda somos uma ameaça para o sistema capitalista, o agronegócio, a FAMASUL (Federação de Agricultura e Pecuária do MS), porque seguimos escrevendo a nossa própria história"
>
> VALDELICE VERON, irmã de Ladio e filha de Marcos Veron, durante o tribunal Popular da Terra, realizado no Mato Grosso do Sul, sintetizando o espírito de luta dos Guarani Kaiowá

O PAPEL DA ATY GUASU

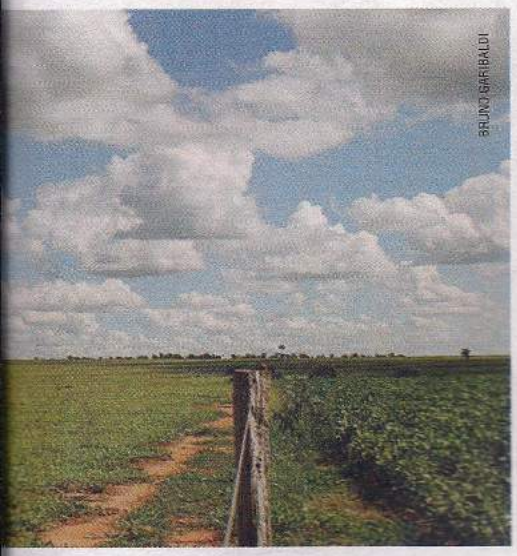
A Expedição Marcos Veron ao Mato Grosso do Sul resultou de deliberações ocorridas na grande assembleia Guarani e Kaiowá Aty Guasu. Trata-se de um encontro cujas origens se perdem no tempo, mas dos quais há registros a partir da década de 1980. A data coincide, em parte, com a chegada de grandes levas de fazendeiros à região e com um crescente processo de expulsão das grandes famílias guarani kaiowá dos seus territórios tradicionais, no período entre 1960 e 1980. Vale lembrar, contudo, que colonos já chegavam à região desde 1920 e, com eles, já ocorria um processo de expulsão de famílias indígenas. O *boom* do agronegócio que tem se verificado nas décadas mais recentes só faz acentuar ainda mais essa situação.

Um dos objetivos da Aty Guasu foi, e continua sendo, fazer frente ao processo sistemático de etnocídio e genocídio, às formas diversas de violência e à expulsão forçada das famílias extensas indígenas do seu território tradicional (estudos arqueológicos comprovam a presença dessa população na hoje região do Mato Grosso do Sul desde 400 DC). Além disso, os membros-conselheiros da Aty Guasu investigam e relatam todos os fatos violentos praticados contra os(as) integrantes do povo Guarani Kaiowá. Atualmente participam da Aty Guasu centenas de lideranças Guarani Kaiowá. Foi a partir desse movimento de assembleias que surgiu a estratégia das retomadas, nas quais grupos indígenas ocupam as terras tradicionais das quais foram expulsos. Dezesseis aldeias foram retomadas dessa forma. A demanda pela expedição ao seu território foi, nesse contexto, fruto do processo de organização e mobilização desses povos em articulação com setores da sociedade envolvente.

MARINA D'AQUINO

incorporou à comitiva. Dela fizeram parte o Coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Pedro Paulo Bicalho; o vice-presidente do Conselho Regional de Psicologia do Mato Grosso do Sul, Carlos César Coelho Neto e o psicólogo e professor, Alessandro Campos.

O clima de tensão ficou especialmente evidente no dia da visita à aldeia Laranjeira Nhánderu, no município de Rio Brilhante. Por ordem da Justiça, os(as) indígenas daquela aldeia já foram despejados(as) três vezes de suas terras e ficaram um ano e sete meses na beira da estrada. No último despejo, um jovem Guarani Kaiowá suicidou-se, cinco pessoas morreram atropeladas e um bebê de seis meses teve óbito por envenenamento. A aldeia, o que restou dela, fica sitiada por uma plantação de soja. Os acessos, quando a expedição para lá se dirigiu, foram impedidos por caminhões e por um dispositivo para arar a terra. Homens armados circulavam pelas redondezas a bordo de veículos. Depois de contatos telefônicos com a Funai, a Polícia Federal e o Ministério da Justiça chegaram ao local três agentes da PF e dois da Funai. A visita foi realizada, mas envolveu contatos com o dono da fazenda ao redor da aldeia. Na conversa, e como se tivesse direito para tanto, o proprietário conhecido como Raul "Português" tentou obter nome e RG dos(as) participantes da Expedição.


BRUNO GARIBALDI

MARINA D'AQUINO

FABIO NASSIF

Momentos de um confronto histórico: mobilização em busca da paz no Mato Grosso do Sul; o Cacique assassinado Marcos Veron; a invasão das culturas sobre territórios Guarani Kaiowá; o registro fotográfico da violência na região e uma cerimônia realizada para receber a expedição.

TERRITÓRIO PSI – A presença de psicólogos(as) na expedição teve como objetivo avaliar aspectos relativos à saúde mental da população indígena na região. Com as repetidas ameaças de morte, as pessoas vivem em permanente estado de tensão, afirma o conselheiro do CFP, Pedro Paulo Bicalho. O psicólogo Alessandro Campos acrescenta que os(as) indígenas não dispõem nem mesmo do tempo necessário para concluir o processo de luto. Todo esse sofrimento resulta em tragédias, como o aumento do número de suicídios na população indígena – fato que foi especialmente realçado pelo Mapa da Violência/2011, realizado pelo Instituto Sangari para o Ministério da Justiça. Vale lembrar que mais de 50 mil indígenas do povo Guarani Kaiowá que hoje sobrevivem em oito reservas demarcadas pelo Serviço de Proteção ao Índio em todo o Brasil enfrentam situações parecidas.

"Os Guarani Kaiowá são subjugados a um pensamento clínico limitado, sem diálogo adequado com suas concepções de saúde", afirma Campos. "A lógica biologicista é imperativa, preocupada apenas com sintomas, pouco observa a real necessidade das aldeias. A falta de profissionais para a demanda das aldeias também agrava o precário acompanhamento que é muito mais paliativo do que o exercício de uma política pública de prevenção".

Segundo Campos, há ainda a degradação ambiental, o confinamento, a escassez de recursos como água e comida. Durante a expedição, por exemplo, ficou constatado que, em algumas aldeias, há três dias não havia comida nem para as crianças. Como se isso não bastasse, outras formas de comprometimento são evidentes. "Sua cosmovisão, que possui a função de organizar a subjetividade individual e o corpo social, é permanentemente golpeada e destruída por grupos religiosos que não respeitam suas crenças, por jagunços e por um Estado negligente e conivente com a violação de direitos humanos", diz o professor.

Ainda que a expedição tenha alcançado seus objetivos mais imediatos, o educador social e um dos coordenadores da iniciativa representando o Tribunal Popular, Givanildo Manoel, está ciente de que a luta dos Guarani Kaiowá do MS está longe do fim. "Fora do Brasil o assunto tem muita repercussão; aqui dentro, menos", afirma. Segundo ele, o brasileiro tem uma visão eurocêntrica do assunto: "Muitos acreditam que os indígenas utilizam espaços demais, que a terra deve ser utilizada de outras maneiras. O olhar do agronegócio está presente na visão do brasileiro e ninguém pensa nas consequências que isso pode trazer para o Brasil e para o mundo", afirma. Esforços como o da expedição e os vídeos e fotos produzidos nas aldeias talvez ajudem a modificar a situação. Pela internet, podem revelar aquilo que os satélites não têm condições de mostrar e o que muitos(as) outros(as) preferem não ver.

BRUNO GARIBALDI

pinheirinho e nem respeito, nem cuidado

A Operação Centro Seguro, realizada na área conhecida como Cracolândia, no centro da capital paulista, e a ação policial de reintegração de posse da área do Pinherinho, em São José dos Campos, foram dois episódios recentes nos quais ficaram evidentes o desrespeito aos Direitos Humanos e a falta de um efetivo compromisso com a condição e o bem-estar das pessoas nos dois locais. No primeiro caso, a ação policial e a internação involuntária de usuários(as) de *crack* levou antes a uma pulverização da Cracolândia. De concentrada no centro da cidade, ela passou a existir em pequenos núcleos, em regiões mais ou menos afastadas. No segundo, a ação de despejo, realizada de forma truculenta e ignorando diversas tentativas de negociação, terminou com cerca de 9 mil moradores(as) na rua.

Não se trata de mera falta de sensibilidade na abordagem de problemas sociais. "O estado de SP não dispõe de políticas públicas efetivas para enfrentar esses e outros problemas. Falta articulação e clareza nas ações intersetoriais envolvendo Saúde, Educação, Cultura e demais áreas. Além disso, os recursos e serviços para acolher as camadas da população em situação de vulnerabilidade são escassos", afirma a psicóloga e Conselheira do CRP SP, Marilia Capponi. Segundo ela, psicólogos(as) e demais profissionais que lidam nos poucos equipamentos existentes para esse fim têm diante de si o desafio de extrair da rede pública o máximo de possibilidades para garantir um mínimo de atendimento. Mas as limitações, diz, são claras.

"Na grande maioria dos casos, a dependência do *crack* é apenas um dos muitos problemas da pessoa que se encontra na Cracolândia", afirma Marilia. "Ela não chegou a esse ponto por conta da droga, provavelmente. O *crack* é sintoma e não causa. Sua vida não ganhará uma nova perspectiva com o simples fato de deixar de consumi-la". Não se trata, assim, de um problema isolado de saúde, mas um conjunto de fatores envolvendo trabalho, moradia, educação, apoio familiar. "É essa lógica do cuidado que está ausente em medidas como as adotadas na capital paulista, que assumem, antes, um caráter higienista", afirma a psicóloga.

A psicóloga lembra ainda que, embora as internações voluntárias e compulsórias estejam previstas na Lei 10.216, uma rede de atenção devidamente dotada de recursos ofereceria uma resposta mais efetiva, ainda que não imediata, para essa situação. "Recuperar uma pessoa que está sofrendo pelo abuso de drogas requer a constituição de um vínculo que demanda um trabalho de médio a longo prazo". Não é uma solução para aqueles(as) que querem, simplesmente, tirar o problema da frente. Mas é a melhor opção quando se visa, verdadeiramente, o bem-estar das pessoas que sofrem.

CASO DE POLÍCIA – O mesmo tipo de abordagem contra usuários(as) de *crack* tem se verificado em outros municípios. Em Bauru, por exemplo, ocorreram intervenções na cracolândia local, devidamente antecedidas pela chegada de policiais e cães farejadores. A imprensa da região ainda anunciou que a Polícia Militar produziu um álbum contendo fotos, nome, data de nascimento e número de documento dos(as) usuários(as), sob a justificativa de agilizar a captura de envolvidos(as) em crimes e direcionar o atendimento social.

"Como é possível falar em abordagem acolhedora e cuidadosa, quando se invadem

Governos respondem a questões sociais complexas com soluções imediatistas e truculência policial, sem se importar com os(as) colocados(as) à margem.

Moradias destruídas no Pinheirinho ignoraram a vida das famílias que lá estavam

cracolândia

os corpos dos usuários com revistas e o espaço que ocupam com aparato policial e cães farejadores?", pergunta a conselheira do CRP SP, Maria Orlene Daré. Segundo ela, tratar de forma errônea o uso de *crack* como epidemia e manter o medo entre a população tem sido a tônica da mídia, o que leva a sociedade a consentir na aplicação de medidas cada vez mais autoritárias, imediatistas e punitivas. E, pior ainda, acobertadas como medidas protetivas aos(as) usuários(as). "Como a Campanha Nacional de Direitos Humanos do Sistema Conselhos, sinaliza, em nome da proteção e do cuidado, o que se está produzindo são formas de exclusão e de sofrimento", afirma.

O CRP SP e o Sistema Conselhos têm se posicionado de maneira clara contra as internações compulsórias (no caso de intervenções como as realizadas na Cracolândia) assim como contra todas as ações que desrespeitem os Direitos Humanos, em particular o das parcelas mais vulneráveis da população. A questão social não pode ser vista como caso de polícia ou colocando-se retroescavadeiras nas ruas, para remover pessoas, como se fossem coisas ou objetos", afirma Orlene.

QUANDO O ESTADO SE AUSENTA

Na entrevista a seguir, o juiz de direito José Henrique Torres, presidente da Associação Juízes pela Democracia, avalia os episódios do Pinheirinho e da Cracolândia e aponta a falta de políticas públicas por parte do Estado como o principal causador de situações extremas, que não podem ser vistas unicamente sob a ótica da legalidade estrita.

PSI – Como o senhor vê esses dois episódios, da Cracolândia e do Pinheirinho?

JHT – A questão ultrapassa o âmbito da mera legalidade. Estamos falando de Direitos Humanos, que precisam ser garantidos diante de uma situação provocada, primordialmente, pela ausência de políticas públicas, de responsabilidade do Estado. Não é possível resolver problemas dessa natureza com medidas emergenciais, pontuais, excepcionais, muito menos com medidas estritamente legais. A questão do Pinheirinho não se resume, unicamente, a uma discussão da posse, da propriedade ou de se as pessoas que ali estavam tinham ou não o direito de estarem ali. Ela vai além disso e precisa ser enxergada nessa perspectiva mais ampla.

PSI – Como o senhor vê a questão do cumprimento da ordem judicial no caso do Pinheirinho?

JHT – Essa é uma questão complexa, mas numa situação como a do Pinheirinho os Direitos Humanos deveriam prevalecer sobre o cumprimento da ordem judicial. O importante é notar que uma questão como essa só vem à tona pela ausência de políticas públicas de cunho social, cuja responsabilidade caberia ao Estado. O mesmo princípio vale para a Cracolândia. Não podemos pensar em resolver o problemas dessa natureza do dia para a noite, com medidas pontuais, mesmo as de caráter assistencial, realizadas com o apoio de psicólogos ou assistentes sociais. Menos ainda com intervenção policial e repressiva. A Cracolândia não surgiu agora e a situação que a produziu, diferentemente do que o nome pode fazer supor, vai muito além do mero consumo de drogas. Há problemas estruturais, sociais e familiares envolvidos, que não podem ser ignorados.

PSI – A responsabilidade primeira é do Estado?

JHT – Não há dúvida. O Estado se omitiu, nesses casos, de uma forma até inconstitucional. Um país que se compromete com os tratados internacionais de Direitos Humanos e traz esses tratados para a Constituição não pode querer resolver as coisas da forma como fez na Cracolândia, estigmatizando pessoas, tratando-as como pessoas violentas, perigosas ou "doentes", que precisam ser afastadas do convívio social.

PSI – E a questão da opinião pública sobre esses casos?

JHT – Existe uma manipulação visando justificar, legitimar ações como as realizadas na Cracolândia. Cria-se uma pseudo opinião pública a partir de mensagens que desqualificam as pessoas. E com base nisso se desencadeiam ações repressivas, de "higienização", que passam longe de solucionar os problemas.

o avanço da **profissão**

50 ANOS DE PSICOLOGIA NO BRASIL

UM POUCO DE HISTÓRIA

Em 27 de agosto de 1962, o então presidente da República, João Goulart, sancionou a Lei 4.119 que tornava a Psicologia, de direito, uma profissão. A lei foi antecedida pela mobilização de profissionais ligados(as) a diversas entidades da Psicologia, entre eles acadêmicos como Dante Moreira Leite, que redigiria a justificativa enviada ao deputado Adauto Lúcio Cardoso, relator da matéria na Câmara Federal. O projeto contou, ainda, com o apoio decisivo do deputado Lauro Cruz, que manteve, à época, diversos encontros com representantes da Psicologia.

Antes de ser juridicamente reconhecida, a Psicologia estava presente em campos como a Educação, a Saúde, o Trabalho e o Direito, sendo ensinada nas Escolas Normais e Faculdades de Filosofia e em centros de excelência como a Universidade de São Paulo, a partir de 1958. Seu estabelecimento como profissão, contudo, enfrentou resistências da área médica, que considerava como privativas, práticas associadas à clínica. Apesar dessas resistências, a lei que regulamenta a profissão assegurou o trabalho do(a) psicólogo(a), definido como "uso de métodos e técnicas psicológicas para a solução de problemas de ajustamento".

A regulamentação da profissão de psicólogo(a) em lei não era comum à época. Com a exceção de Estados Unidos, Canadá e Egito, outros países não dispunham, à época, de legislação que protegesse a atividade. Mesmo nos três países citados, essa regulamentação era parcial ou estava limitada a alguns estados ou províncias. De qualquer forma, a Lei 4.119 teria de esperar até janeiro de 1964 para ser regulamentada (pelo Decreto 53.464) e somente em dezembro de 1971, com a Lei 5.766, seria criado formalmente o Conselho Federal de Psicologia (CFP), seguido pelos sete primeiros Conselhos Regionais de Psicologia. Eram eles:

CRP 01 – Distrito Federal (sede), Acre, Amazonas, Goiás, Pará e os territórios de Amapá, Roraima e Rondônia;
CRP 02 – Pernambuco (sede), Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Território de Fernando de Noronha;
CRP 03 – Bahia (sede) e Sergipe;
CRP 04 – Minas Gerais (sede) e Espírito Santo;
CRP 05 – Rio de Janeiro (sede) e Estado da Guanabara;
CRP 06 – São Paulo (sede) e Mato Grosso;
CRP 07 – Rio Grande do Sul (sede), Paraná e Santa Catarina.

É importante destacar o pano de fundo político ao longo desse período inicial da Psicologia como profissão. A estruturação dos Conselhos, por exemplo, se deu sob a égide da ditadura militar a partir de 1964 e em meio ao recrudescimento da repressão que se estenderia pelos anos 1970. Acompanhando os movimentos sociais para a redemocratização brasileira, ganha força um movimento de crítica em relação ao pensar e ao fazer da Psicologia e uma preocupação em colocar a ciência e a profissão em sintonia com a solução de problemas sociais e em oposição a uma visão tecnicista e alinhada ao *status quo*. O compromisso do Sistema Conselhos com a democratização da informação que se deu nos anos posteriores representou um avanço que permite, hoje, ampla manifestação de todos(as) aqueles(as) que atuam nos diversos campos da profissão.

As entrevistas a seguir abordam as visões de três ex-presidentes do Conselho Federal de Psicologia sobre episódios e aspectos que marcaram esses 50 anos de profissão. Vale notar que não há, aqui, o propósito de fazer uma história dos 50 anos da Psicologia como profissão no Brasil. Apenas contribuir, a partir de testemunhos de participantes dessa história, para uma compreensão de como se chegou ao estágio presente.

A ORIGEM DA PROFISSÃO

ENTREVISTA | ARRIGO ANGELINI

Primeiro presidente do Conselho Federal de Psicologia e por três vezes diretor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, o professor Arrigo Angelini, 87 anos, fala sobre a criação da profissão, dos Conselhos e do Instituto de Psicologia e dá sua visão sobre a Psicologia atual.

PSI – Qual era o cenário da Psicologia quando surgiu a ideia da regulamentação da profissão?

Arrigo Angelini – Na segunda parte da década de 1950 havia pessoas ensinando Psicologia ou mesmo trabalhando na área, ainda que não houvesse uma profissão. Eu, por exemplo, trabalhava no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional como assistente técnico, organizando e aplicando provas psicológicas. O que se fazia em Psicologia já era considerável, especialmente nas áreas da Educação e do Trabalho e alguma coisa na Clínica. Em São Paulo já havia um Serviço de Higiene Mental da Secretaria Estadual de Educação, dirigido pelo doutor Durval Marcondes, que era psiquiatra. Então, esse pessoal sentia a necessidade de regulamentar uma profissão, porque atuavam como assistentes técnicos, colaboradores ou como psicologistas, termo que se usava na época, mas que não tinha conotação oficial.

PSI – Houve mobilização junto a parlamentares pedindo a regulamentação?

Arrigo Angelini – Não sei dizer exatamente como surgiu o projeto na Câmara. O que eu sei é que, quando isso aconteceu, nós passamos a discutir sobre ele aqui em São Paulo. Naquela altura, eu era coordenador do curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Era um curso de bacharelado, não voltado para a formação de psicólogo, portanto, e que fora instalado em 1958. Como coordenador do curso organizei reuniões às quais compareciam os professores de Psicologia, assistentes e o pessoal da Sociedade de Psicologia de São Paulo. Uma das questões que nos preocupavam era quais disciplinas deveriam ser ensinadas para a formação do psicólogo, o que depois não constou da lei.

PSI – O projeto enfrentou resistências vindas da área médica?

Arrigo Angelini – Sim. Os médicos achavam o seguinte: não devemos instituir uma profissão liberal, independente, de psicólogo. A Psicologia é importante para a Medicina, mas tem de ser feita sob a orientação de um médico. Essa era a posição dos médicos. A lei só foi aprovada porque não usamos os termos "clínico" e "psicoterapia", que os médicos defendiam como inerentes à sua atividade. O resultado é que as funções de psicólogo acabaram por incluir palavras equivalentes: uso de métodos e técnicas psicológicas para a solução de problemas de ajustamento. Foi nesses termos que entrou na lei.

PSI – Consta que, em 1962, a Psicologia como profissão existia em apenas três países: Estados Unidos, Canadá e Egito. Por que no Brasil?

Arrigo Angelini – Porque no Brasil havia uma cultura das profissões serem regulamentadas por lei. Em outros países eram as sociedades especializadas que garantiam o trabalho dos psicólogos e o profissional tinha que ser membro da sociedade. É uma questão cultural, eu acho. E, sobretudo, porque começa a haver esse problema com os médicos. Então precisava ter uma lei...

PSI – A promulgação da lei em 1962 trouxe alguma consequência concreta?

Arrigo Angelini – Trouxe. Com a aprovação da lei e do parecer 403 do Conselho Federal de Educação, foram definidas as disciplinas, considerando um currículo mínimo e um currículo pleno. Nesse currículo mínimo foi introduzida, por exemplo, a Psicologia Experimental, e também começaram a ser definidas as disciplinas profissionais, como a Psicopatologia, a Psicologia Clínica, a Psicanálise e outras. Nós, aqui em São Paulo, começamos a contratar professores para essas áreas. Caso do Durval Marcondes, do Cícero Cristiano de Souza, o Aníbal Silveira, que eram médicos e faziam Psicologia na área clínica. E na parte experimental, veio o Fred Keller dos Estados Unidos. É bom lembrar que o que havia antes era mais voltado para a Psicologia da Educação e do Trabalho.

PSI – Há um segundo momento muito importante que é o da criação dos Conselhos...

Arrigo Angelini – É fato. Diferentemente do que aconteceu com outras profissões, a lei não criou, desde logo, os Conselhos. Não sei por que isso aconteceu desse jeito. Os Conselhos foram criados pela Lei 5766/71, mas só foram instalados em 1973. A instalação era competência do Ministério do Trabalho, que reuniu representantes da área da Psicologia das diferentes partes do país. Foi assim que, no dia 20 de dezembro de 1973, na sede do Ministério do Trabalho, em Brasília, foi constituído o primeiro Conselho Federal de Psicologia e eu fui eleito o primeiro presidente, por aclamação.

PSI – Quais as primeiras providências frente aos Conselhos?

Arrigo Angelini – A primeira providência foi estabelecer os Conselhos Regionais e garantir as contribuições para manter a entidade. No primeiro ano funcionamos nas instalações cedidas por um psicólogo de Brasília, o Geraldo Servo. Quando terminei a minha gestão, que foi de três anos, nós já tínhamos comprado duas salas num conjunto na W3. Outra coisa importante que fizemos foi o estabelecimento do primeiro Código de Ética da Profissão.

PSI – Avançando alguns anos: como foi sua atuação na criação do Instituto de Psicologia?

Arrigo Angelini – Havia o curso de Psicologia na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Em 1969, o Conselho Universitário começou a discutir uma reestruturação da USP e a partir daí foram criados diversos institutos. O Instituto de Física, o Instituto de Química, o Instituto de Matemática, O Instituto de Geociências, etc. Eu falei: precisamos criar um Instituto de Psicologia. Porque, até então, só tínhamos cadeiras, cátedras em Psicologia. E isso quando já tínhamos até um curso que formava psicólogos. Mandei

o avanço da profissão

uma carta para o Eurípedes Simões de Paula, que era vice-reitor da USP e que, nessa condição, presidia, às vezes, o Conselho Universitário. Nessa carta, eu propunha a criação do Instituto de Psicologia. Argumentei que a Psicologia apresentava um grande desenvolvimento, com várias áreas de estudo e formava vários psicólogos. Tinha até uma lei regulamentando a profissão. Por que não ter um Instituto?

PSI – Como foi a recepção ao pedido no Conselho da Universidade?
Arrigo Angelini – Ninguém tinha dúvidas sobre a necessidade de criar um Instituto de Física ou de Química. Mas Psicologia? O pessoal não estava convencido. Aí comecei uma campanha de esclarecimento junto ao Conselho Universitário. Eu e um dos meus assistentes na ocasião, Samuel Pfromm Netto, escrevemos dois longos artigos no jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado "Por que um Instituto de Psicologia?", mostrando o que havia fora do país, as aplicações existentes e por aí a fora. O fato é que o Eurípedes colocou finalmente o meu pedido em votação. Parece que houve um empate e ele teve de desempatar na condição de presidente do Conselho. Ou seja: por um voto nós ganhamos o Instituto.

PSI – O que aconteceu em seguida?
Arrigo Angelini – Em janeiro de 1970 foi instalado o Instituto e fui indicado diretor *pro-tempore*. Organizei o Instituto em quatro departamentos. E aí tivemos já a congregação do Instituto e a partir dela surgiu a chapa que deveria comandar o Instituto. E eu fui indicado o primeiro diretor do Instituto. Em mandato de quatro anos. Fui sucedido pelo Dante Moreira Leite. Ele ficou dois anos e morreu. Eu era vice. Fui eleito outra vez. Mais quatro anos. Depois mais quatro anos de vice e depois diretor outra vez. Fui três vezes diretor do Instituto de Psicologia.

PSI – Nesses três mandatos, o que o senhor destacaria como fatos importantes?
Arrigo Angelini – No primeiro ano, eu organizei a instalação do Instituto. A verba era muito pequena e nós ocupávamos barracões provisórios na cidade Universitária. No segundo ano, já com verba própria, instalamos os departamentos e criamos dois programas de pós-graduação: Psicologia Escolar e Psicologia Experimental, em nível de mestrado. Posteriormente criamos também, em nível de mestrado, a pós-graduação em Psicologia Clínica e em Psicologia do Trabalho. Então nós tínhamos quatro programas de pós-graduação. E com o desenrolar do tempo, criamos os programas de doutorado nas quatro áreas. E eu dei particular atenção à organização da biblioteca, que hoje é uma referência em Psicologia para o país e para a América Latina.

PSI – Ao longo da vida, quais foram os seus interesses em Psicologia?
Arrigo Angelini – Eu fiz pós-graduação, doutorado, livre-docência e cátedra. E eu não trabalhei numa área só. O campo, na época, era amplo. Então eu fiz o doutorado em Psicologia da Aprendizagem; depois passei para o estudo dos interesses profissionais e minha tese de cátedra foi sobre motivação humana. Posteriormente fui convidado para trabalhar como professor visitante da Universidade do Texas, onde passei um ano. Graças a isso, passei a trabalhar em Psicologia Intercultural, que foi a minha última área de interesse.

A GUINADA DEMOCRÁTICA

ENTREVISTA | ANA BOCK e ODAIR FURTADO
Ex-presidentes do Conselho Federal de Psicologia e profissionais que dedicaram uma vida ao projeto de construção de uma Psicologia socialmente engajada, Ana Mercês Bock e Odair Furtado, falam sobre diferentes acontecimentos que deram à profissão os seus contornos atuais.

PSI – É possível identificar períodos na história desses 50 anos da Psicologia como profissão?
Ana Bock – Esclareço, antes de mais nada, que isso é apenas uma visão minha. Feita essa ressalva, penso que se pode identificar quatro períodos. O período inicial, que vai da regulamentação da profissão, em 1962, até 1973, quando os Conselhos começam a funcionar efetivamente; um segundo período, de 1973 a 1980, que é marcado pelo *boom* dos cursos de Psicologia e pelo aumento do número de profissionais que chegam ao mercado; um terceiro período, de 1980 até 1996, de forte mobilização política, em que vai se gestando o projeto do compromisso social e um quarto período, de 1996 até hoje, que é marcado pela concretização desse projeto de compromisso social e pela democratização do Sistema Conselhos. Repito que se trata de um esboço e que outros podem fazer divisões diferentes. A Mitsuko Aparecida Makino Antunes, que é uma historiadora da Psicologia, por exemplo, usa o ano 2000 (e não 1996), como marco divisório, por conta da realização da 1ª Mostra de Práticas em Psicologia. Acho que a Mostra foi importantíssima, mas eu a vejo como parte do processo que nós iniciamos ao assumir o Conselho Federal em 1996.

PSI – O que marca aquele período inicial, de 1962 a 1973?
Odair Furtado – Há uma série de aspectos curiosos e que até hoje não foram bem esclarecidos. Um deles é: por que se criou uma profissão de psicólogo no Brasil? É interessante lembrar que, à época, psicólogo só existia como profissão neste ou naquele país e, aqui no Brasil, ainda eram poucas as pessoas ligadas à Psicologia.

PSI – Quando se fala em expansão de faculdades de Psicologia entre 1973 e 1980 e de novos profissionais chegando ao mercado, de que quantidades estamos falando?
Ana Bock – O que eu posso dizer é que, em 1977, quando me inscrevi no CRP 06, meu número foi o de 2.771. Se a gente considerar que o Conselho aqui de São Paulo respondia por quase 60% da categoria, isso significa que naquele momento havia algo como 5 mil psicólogos inscritos em todo o país. E já era um pessoal com um perfil diferente. Psicólogos até então eram integrantes da elite. A maior parte terminava o curso e já tinha seu consultório montado. Isso mudou a partir de 73. As camadas médias que entram na universidade vão criar um novo perfil de psicólogo. Esse pessoal não podia se dar ao luxo de estudar por cinco anos e ficar dois, três anos esperando para entrar no mercado. Os psicólogos começam a ver sentido na existência de um sindicato (e descobrem que já havia um, controlado por um coronel). Isso se soma ao ambiente de mobilização política que vai levar à bandeira do compromisso social, à necessidade de repensar a profissão no sentido de atender as camadas pobres da população. O fato é que, em 1980, a gente toma o sindicato e, em 1983, o Sinpsi se torna um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

PSI – Isso aconteceu de forma tranquila?
Ana Bock – Não, não aconteceu. Quando a gente começou a defender a visão do psicólogo como trabalhador, muitos pediram desligamento do sindicato. Não queriam ser equiparados a operários de macacão. A guinada ficou clara na primeira edição da revista *Psicologia, Ciência e Profissão*, de 1984. O editorial fazia referência às mudanças que estavam ocorrendo e definia o psicólogo como "cientista ou profissional do psiquismo humano, força de trabalho que indiretamente produz mais valia". O psicólogo estava, portanto, num caminho de buscar uma nova identidade, de se perceber como trabalhador e de perceber seu papel na sociedade. A Psicologia Organizacional, por exemplo, começou a ser altamente questionada. O Celso Frederico, que estudou a greve dos metalúrgicos naqueles anos, dizia alguma coisa como "há um problema gente: de um lado tem patrão, de outro tem operário e no meio tem psicólogo! Vocês tem que pensar nessa situação social que caracteriza vocês. A quem vocês servem?"

PSI – A identidade e a questão da imagem social do(a) psicólogo(a) parecem ser problemas antigos...
Ana Bock – Deixe eu contar dois episódios engraçados sobre essa questão. Um deles aconteceu no início dos anos 80, depois que assumimos o Sindicato dos Psicólogos em São Paulo. Os metalúrgicos estavam em meio a uma greve brava e o Lula ligou para a gente. Eu atendi e ele perguntou se a gente podia ajudar: havia um fundo de greve que estava sendo distribuído entre os trabalhadores e os recursos deveriam ser dados de acordo com o tamanho das famílias. O problema, disse o Lula, é que eles mentem, dizendo que têm mais filhos do que realmente têm, e o sindicato não tem como verificar. Nós queríamos a colaboração de vocês, porque vocês sabem quando uma pessoa está mentindo ou dizendo a verdade..." (risos). Se há algo que eu me arrependo na vida foi o de ter dito que, infelizmente, a gente não fazia isso! (risos). A gente não tinha ideia de que a nossa profissão começava a ter reconhecimento e deveria ter sabido lidar melhor com isso, mas enfim...

PSI – E a segunda história?
Ana Bock – Foi também nos anos 80, quando chamamos o Henfil para um debate com os psicólogos, que aconteceu no Sindicato dos Jornalistas. Uma das perguntas que a gente fez foi: por que ele representava os psicólogos como homens, com cara de Freud e divã, quando a esmagadora maioria dos profissionais era mulher e a clínica era somente uma das perspectivas da Psicologia? E ele respondeu: Eu é que pergunto a vocês. Se eu desenho um sujeito de macacão e com uma ferramenta, todo mundo sabe que é um operário. Porque é que eu preciso desenhar um psicólogo com divã e cara de Freud?". Ele estava certo. Nós é que tínhamos que mudar essa imagem do psicólogo e foi isso o que começamos a fazer a partir de 1996.

PSI – Retomando: por que 1996 é um marco?
Odair Furtado – Porque então se dá início ao processo de democratização do Sistema Conselhos. Aqui, a gente precisa voltar um pouco atrás. Em 1989 aconteceu um congresso unificado reunindo os representantes dos conselhos e os chamados sindicalistas. De certa forma, o fato de eles terem nos convidado, a nós que éramos do campo sindical, mostra que havia um desejo, de todos, de produzir mudanças. A proposta era discutir a organização dos psicólogos de forma conjunta. Ocorre que havia divergências e o encontro simplesmente não terminou. Foi um caos. A única decisão aprovada foi a de que lutaríamos para acabar com o corporativismo da entidade, ou seja, que ela fosse constituída para o benefício da sociedade e não para o benefício da própria categoria.

PSI – O que aconteceu a seguir?
Odair Furtado – As conversas foram retomadas. Decidiu-se criar um mandato tampão no CFP para alinhar com o tempo dos mandatos nos conselhos regionais. A Ana chegou a ser convidada para comandar o Federal nesse período mas optou por assumir a partir do mandato seguinte. Havia, portanto, um acordo político firmado. Ocorre que, em 1996, quando chegou a hora de se realizar a eleição, o pessoal dos Conselhos quis vetar nomes na chapa da Ana, como o do Marcus Vinícius de Oliveira, por exemplo.

Odair Furtado – O resultado é que nós resolvemos montar uma chapa de oposição. Foi complicado. Um membro da nossa chapa foi para o outro lado e tivemos que encontrar alguém para substituí-lo na última hora. Última hora é literal. Conseguimos inscrever a chapa faltando vinte minutos para encerrar o prazo de inscrição, graças à Marta Elizabete, que mais tarde seria presidenta do CRP em Minas Gerais, que se juntou a nós. O outro lado já cantava vitória... A disputa foi complicada. Aqui em São Paulo foi uma guerra de posições. Eles tinham a máquina, mas nós tínhamos a experiência da luta sindical. E acabamos ganhando.

PSI – O que mudou nesse período posterior a 1996?
Ana Bock – Muitas coisas. Nós já tínhamos tido o I Congresso Nacional da Psicologia, que pensou a reestruturação dos Conselhos. O segundo CNP, realizado em 1996 aprofundou essas propostas e em 1998, o III CNP dá um salto de qualidade no sentido de fazer com que a Psicologia se volte para fora, isto é, se volte para a realidade brasileira. É um caminho que irá prosseguir nos anos seguintes, reforçando o protagonismo social da Psicologia e também a retomada do processo de aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos. Ao longo desse caminho a gente faz coisas como criar uma Comissão de Direitos Humanos e um novo Código de Ética. Também começamos a nos posicionar sobre os assuntos que diziam respeito diretamente à profissão, como editar resoluções sobre homofobia ou preconceito racial, ou ainda sobre a regulamentação de questões técnicas.

PSI – E o significado da 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia?
Ana Bock – Está dentro desse contexto. Acho que a 1ª Mostra trouxe com ela a ideia de uma nova profissão. Ela abriu a possibilidade dos psicólogo, que nem achavam que estavam trabalhando em Psicologia, porque faziam trabalhos com índios, em favelas ou em alfabetização, nós demos a eles a oportunidade de pensar que seu trabalho era, sim, um trabalho de psicólogo. Foi uma coisa magnífica. Quinze mil pessoas passaram pelo Anhembi. Quase dois mil trabalhos foram apresentados. Ou seja, foi com a Mostra, em 2000, que nós respondemos àquele processo de busca de identidade. Falo disso com muito orgulho, mas sem nenhuma vaidade. Muita gente trabalhou para isso.

PSI – E essa 2ª Mostra que vai acontecer em setembro?
Odair Furtado – Ela vai ser o grande acontecimento das comemorações dos 50 anos da Profissão de Psicólogos. Uma das coisas que estamos fazendo é uma linha do tempo, mostrando os principais fatos que marcaram a Psicologia nesse período. Painéis com essa linha vão ser produzidos e expostos por todos os Regionais. A ideia é que tanto psicólogos como a sociedade em geral conheçam mais o que fazemos e por que fazemos. E como chegamos até aqui. No Anhembi, por ocasião da 2ª Mostra, este painel, com 200 metros quadrados, também será exposto.

PSI – O que há pela frente?
Ana Bock – Acho que a democratização foi alcançada e que os grupos que participam do Conselho estão comprometidos com o que é deliberado, independentemente das suas visões ou orientações. A ideia do compromisso social, que durante muito tempo ficou mais no nível do discurso, também passou a ser uma coisa mais concreta. Vejo tudo isso como um processo ainda em andamento. Vejo também um reconhecimento cada vez maior da importância do psicólogo pela sociedade. A mídia tem nos procurado cada vez mais para saber o que temos a dizer sobre questões importantes, como aconteceu recentemente com relação a ações no campo de álcool e drogas. Os psicólogos estão cada vez mais envolvidos na formulação de políticas públicas, debatendo e levando propostas para diversas conferências nacionais. Há grandes avanços, portanto, e, certamente, muitos desafios. ●

bem traçadas

Premiado na II Mostra Estadual de Práticas Inovadoras promovida pelo CRP SP, o projeto Encontro de Gerações, desenvolvido pela psicóloga Divina de Fátima dos Santos, utiliza a troca de correspondências entre crianças e idosos(as) para desencadear um processo de mudança de atitudes e de construção de valores éticos.

Havia um bocado de ansiedade no ar, quando um grupo de idosos(as) e de crianças começou a chegar para um encontro na manhã de 2 de dezembro de 2011 na cidade de Caraguatatuba, litoral norte de São Paulo. Depois de quase um ano trocando correspondências, 54 frequentadores(as) do Centro de Convivência da Melhor Idade (CREMI) e 51 alunos(as) da Escola Municipal Professora Aida de Almeida Castro Grazioli iriam se conhecer pessoalmente. "Você sabe quem é o vovô que me escreveu esse ano?", quis saber um dos alunos recepcionados por Divina de Fátima dos Santos, assim que desceu do ônibus. "Espere que você vai descobrir já, já", ela respondeu.

Divina, 45 anos, é psicóloga e mestre em Gerontologia. Há dois anos, ela e o marido trocaram a agitação de São Paulo por Ubatuba. O projeto Encontro de Gerações que ela desenvolve na vizinha Caraguatatuba é a base de sua tese de doutoramento em Psicologia Clínica, pela PUC SP. À primeira vista, uma troca de correspondências entre idosos(as) e crianças pode parecer algo muito simples. Ela foi responsável, contudo, por desencadear um rico processo de mudança de atitudes e de construção de valores éticos, que se ampliou para as próprias famílias dos(as) participantes. Se restassem dúvidas sobre o significado da iniciativa, o encontro promovido no CREMI na manhã daquela sexta-feira não deixaria nenhuma de pé.

As cadeiras do salão foram organizadas de modo que, os(as) presentes pudessem se olhar e tentar se descobrir, a partir de algumas dicas dadas pela coordenadora do projeto, quem era o seu(ua) correspondente. Assim, todos(as) foram convidados(as) a olhar e procurar pelo seu "par". Na troca de olhares alguns(mas) se descobriram e se emocionaram. "Eu queria tanto falar um montão de coisas para a minha menina, mas na hora meu corpo tremia tanto que fiquei muda e só consegui abraçá-la...", relatou uma das avós. Outro idoso afirmou: "Eu sabia que era ele! Desde que ele chegou aqui!"

Divina não chegou a ficar surpresa com o resultado. Em 2010, ela desenvolveu iniciativa semelhante em uma Escola do SESI, em São Paulo, envolvendo crianças e participantes de um curso de Educação de Jovens e Adultos. O projeto realizado em 2011, em Caraguatatuba, também foi antecedido por um piloto de seis meses, reunindo idosos(as) e estudantes da cidade. A experiência acumulada nessas situações deu a ela uma visão antecipada sobre os efeitos positivos da proposta. Isso e o rigoroso acompanhamento dessas iniciativas lhe valeram nada menos que três prêmios: a do SESI ganhou o primeiro lugar em dois eventos de Gerontologia, um no Chile, outro em São Paulo; a de Caraguatatuba foi premiada na II Mostra Estadual de Práticas Inovadoras em Psicologia, realizada em dezembro último pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

O que acontece de tão poderoso com essa troca de cartas? Numa palavra: envolvimento. "Tem criança que se entrega desde o começo. Além da carta, ela faz desenhos, dobraduras. Outras demoram um pouco mais. Mas, no geral, cria-se um laço. Com frequência, a correspondência serve para que tanto idosos(as) como crianças falem, ao seu modo, de suas vidas, expectativas ou dificuldades", relata Divina. Um dos aspectos positivos que a experiência provoca é a valorização sentida pelos(as) idosos(as). A maioria, segundo a pesquisadora, percebe o quanto seu conhecimento e experiência são valiosos nesse contato com as crianças. Outro ponto de destaque: os pais e as mães das crianças que participam do projeto reportam melhoras no relacionamento familiar. O diálogo se amplia.

Para colocar seu projeto de pesquisa em prática, Divina precisou convencer os(as) gestores(as) locais. Para sua sorte, encontrou ouvidos interessados como uma das coordenadoras da Secretaria de Educação de Caraguatatuba, que, no passado, participou de projeto numa linha parecida. Isso permitiu contar com o apoio das professoras Eliana Aparecida Oliveira, Tânia Espírito Santo e Katia Aparecida Viana que acompanharam os(as) alunos (as) na produção das cartas. Detalhe: ainda que não fosse o objeti-

linhas

vo do projeto, ele acabou por se transformar em um recurso pedagógico importante. O interesse em escrever as cartas fez com que muitas crianças tomassem consciência de suas dificuldades com a escrita. "Algumas evoluíram muito nesse processo", afirma a professora Eliana.

Se as crianças ficaram com as professoras, o acompanhamento dos(as) idosos(as) foi feito por Divina, em encontros semanais no CREMI. Isso deu a ela a possibilidade de conversar com cada um(a) deles(as) sobre as diferentes situações criadas a partir da troca de correspondência. A vida também mudou para muitos(as) deles(as). Uma das avós, por exemplo declarou que se aproximou mais do neto e passou a falar mais com ele e a percebê-lo como um ser humano de verdade. "Antes eu achava que, por ser criança, ele não sofria", disse uma delas à pesquisadora.

Outro fruto importante desse contato, segundo Divina, é a aproximação entre pessoas com experiências de vida e condições sociais diversas. "Um dos idosos veio falar comigo sobre a situação do garoto com quem se correspondia. Agora que o projeto se encerrou e ele e o menino se conheceram, ele está empenhado em ajudá-lo".

O sucesso da iniciativa está valendo sua repetição em 2012 e também alguns bons problemas para Divina. "Perto de 150 idosos(as) se apresentaram para participar do projeto neste ano", disse. Seja qual for a solução encontrada, a pesquisadora está feliz. "A principal tarefa deste trabalho é exatamente essa: estimular o convívio respeitoso de parte a parte", diz. "Vivemos num mundo em que as relações estão ficando cada vez mais comprometidas. Esse projeto é importante por que estimula mudanças de comportamento no convívio social, familiar e escolar e porque resulta em um grau maior de tolerância e respeito entre pessoas de idades e classes sociais distintas".

Acima, Divina de Fátima dos Santos (à direita) com um grupo de participantes do Encontro de Gerações.

DIVULGAÇÃO

Na reunião realizada no Centro de Convivência da Melhor Idade (CREMI), em Caraguatatuba, litoral norte de São Paulo, alunos(as) da Escola Municipal Aida de Almeida de Castro Grazioli se encontram com os seus(suas) correspondentes. Trabalho reforçou laços entre integrantes da comunidade.

a psicologia nos espaços público e privado

Um tema que tem chamado cada vez mais atenção nas discussões da Comissão de Ética do CRP SP é a participação do(a) psicólogo(a) em redes sociais e chats; e os limites de sua atuação nesses espaços virtuais. Para ampliar estas reflexões, convidamos o Prof. Yves de La Taille a tecer algumas considerações sobre o espaço público e privado na atualidade. Leia abaixo a íntegra do artigo:

Público e Privado

Yves de La Taille*

Os espaços público e privado podem ser analisados em dois planos. O primeiro é o plano moral (e jurídico).

Sendo o espaço público o que é de todos, sua privatização, ou seja, sua apropriação por algum indivíduo ou por um grupo restrito, corresponde ao desrespeito a um direito que é dos demais. Por exemplo, criar praias particulares, bares que avançam suas mesas nas calçadas, fechamento de ruas em nome da segurança, correspondem a um uso particular do que é, de direito, de todos. Há casos mais graves, como me parece ser o da Grécia, pois assistimos a uma verdadeira direção do país determinada pelo capital financeiro, o que equivale ao sacrifício da soberania do povo daquele país. Ainda no campo moral e jurídico, a privatização do público pode expressar-se pelo simples desrespeito em relação ao que é de todos: jogar lixo nas ruas, colocar o som do carro nas alturas, realizar sistematicamente festas ruidosas que atrapalham os vizinhos, etc.

Os exemplos que acabo de dar correspondem à uma privatização do público. Mas a recíproca também se observa, quando os poderes públicos se intrometem sobremaneira na vida íntima dos cidadãos. Por exemplo, a colocação de câmeras em esferas públicas, feita em nome da segurança, acaba, na prática, por colocar as pessoas sob constante observação de seus comportamentos privados. Lembremos do debate a respeito de aparelhos que praticamente desnudam os passageiros de aeroportos para verificar se carregam objetos suscetíveis de colocar em risco os aviões. Outro exemplo: certas práticas da chamada medicina do trabalho que obrigam os trabalhadores a exames que não desejam fazer (é direito deles, pois a vida é deles). Orwel já havia temido essa tirania (problema moral, portanto) criando a figura do Big Brother em seu livro 1984.

O outro plano é o plano ético.

Embora costumemos dar um mesmo sentido aos conceitos de moral e de ética, sentido esse que remete à questão dos deveres, pode-se empregar o conceito de moral para tal sentido (como o fiz acima) e reservar o conceito de ética para uma dimensão mais ampla: a que diz respeito à vida como um todo, a seus costumes, a seus valores. Por exemplo, decidir se ter muito dinheiro corresponde à conquista de uma 'vida boa' é um questão do plano ético. Decidir se é lícito adquirir esse dinheiro sacrificando a solidariedade para com os demais membros da sociedade é uma questão do plano moral.

Ora, verifica-se hoje, que as pessoas, notadamente os jovens, tendem a desertar o espaço público para restringirem-se ao espaço privado, notadamente o da família. Tal fato foi verificado em algumas pesquisas, mas a rigor, bastaria a observação cotidiana para dar-se conta do fato. Os condomínios atuais também ilustram tal fenômeno, pois se parecem cada vez mais com um castelo-forte medieval: há uma verdadeira reconstrução de uma cidade ao interior das altas paredes que o cercam e o mundo de fora é visto como perigoso. Tais exemplos não correspondem a um problema moral, mas sim a uma opção de vida, uma opção no plano ético.

Paradoxalmente, a essa nova opção pelo recolhimento físico e afetivo a espaços privados, assiste-se a uma voluntária devassa das fronteiras da intimidade por intermédio da mídia e das novas tecnologias digitais. O exemplo por excelência é o *Big Brother Brasil*: pessoas permanecerem estranhamente trancafiadas numa casa sob a vigilância ininterrupta de várias câmeras de televisão que transmitem ao vivo tudo o que fazem e dizem a milhões de pessoas que também se entregam ao passatempo não menos estranho de assistirem cotidianamente a essa extravagante convivência. Como, no caso, não se trata de vigilância determinada por um governo (seria questão moral), mas sim de livre iniciativa, eis um costume que apaga a fronteira privado/público (questão ética). Fenômeno parecido encontra-se nas redes sociais nas quais as pessoas revelam para o mundo lados íntimos de suas vidas (vai saber onde irão parar as mensagens e fotos!). Lembro de alunos me dizerem que quando teclam nas redes sociais os fazem de modo relaxado, ou seja, como se estivessem falando com alguém na mesa de um bar: dizem tudo e qualquer coisa sem a consciência de que seus dizeres ficarão não somente registrados, como fora de controle. Minha conversa com eles ocorrera porque o que haviam digitado relaxadamente, continham frases de interpretação perigosa que haviam chegado a um público mais amplo do que desejavam. Ora, se existe um lugar no qual não se deve relaxar esse lugar são as redes sociais. Mas é o contrário que acontece.

Em suma, por um lado, deserção da convivência pública presencial, por outro, abandono das fronteiras da intimidade via mídia e internet.

Perguntam-me sobre a utilização das ferramentas *Facebook* e *Twitter* por entidades tais como CFP e CRP. A isso eu responderia duas coisas. A primeira é que não vejo como instituições de utilidade pública poderiam deixar de se comunicar com as novas ferramentas: não o fizessem, correriam o risco de desaparecer do mapa comunicacional. A segunda é que devem dar o exemplo de como empregar tais ferramentas sem apagar as fronteiras entre público e privado e também sem fazer com que um lado invada o outro.

Yves de La Taille é Professor Titular do Instituto de Psicologia da USP. Ministra aulas de Psicologia do Desenvolvimento e desenvolve pesquisa na área de Psicologia Moral, tendo publicado artigos e livros sobre o tema. Colaborador do CFP no tema Pelo fim da publicidade dirigida à crianças.

É importante a reflexão trazida pelo Prof. Yves. Eventualmente nos deparamos com queixas em processos éticos no CRP SP relacionados à participação do(a) psicólogo(a) nas redes rociais. Consideramos que a utilização dessa ferramenta deve ser feita com cautela, cabendo ao(a) psicólogo(a) analisar as implicações, pois o que é exposto nestes espaços pode ter alcances indeterminados.

Um outro tema importante relacionado ao público e privado é a participação do(a) psicólogo(a) na mídia. Não cabe ao(a) Psicólogo(a) a realização de diagnóstico ou de análise de comportamento de uma pessoa neste contexto. Em geral esta pessoa não é seu paciente, e, ainda que seja, está protegida pelo sigilo profissional. Mesmo obtendo autorização para a divulgação, o(a) psicólogo(a) é responsável pela garantia do sigilo, das condições adequadas para o exercício profissional e da qualidade de seu trabalho. Sua participação deve ser no sentido de expor como a Psicologia pode contribuir com determinadas questões, sem se referir diretamente a uma pessoa, mantendo o distanciamento necessário a casos concretos.

Para continuar a reflexão

Artigos do Código de Ética Profissional relacionados: PF I, V e VI, 1º c, 2º b, 2º q, 9º e 19.

Os Arts. 53 a 58 da Resolução CFP 03/07 também tratam da publicidade profissional.

No Jornal Psi171, foi publicada matéria Psicologia *On-line*, que aborda a revisão da Resolução CFP 12/05 (atendimento psicológico mediado por computador).

O Conselho Regional de Psicologia – CRP SP - 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CFP n.º 437/11, oriundo do Processo Ético CRP/SP n.º 15/07, faz divulgar a penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (trinta) DIAS, a contar de 10/02/12, à psicóloga por:

- informar ao contratante acerca dos atendimentos realizados, sob travestimento de psicoterapia, sem conhecimento ou anuência dos atendidos;
- não ter, deliberadamente e de forma planejada, fornecido informações acerca dos elementos concernentes ao trabalho às pessoas diretamente envolvidas nos atendimentos;
- ter elaborado laudo psicológico com redação confusa, de modo a comprometer a compreensão do leitor, e sem a devida fundamentação técnico-científica.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): Art. 1º "c", Art. 2º "m", Art. 3º "a", Art. 23 § 2º.

O Conselho Regional de Psicologia – CRP SP - 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP/SP n.º 46/08, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, à psicóloga por:

- associar práticas não reconhecidas pela Ciência Psicológica (terapia de vidas passadas) como função do psicólogo.
- fazer afirmações tais como "tanto a hipnose como a regressão, é uma coisa fantástica, é a cura para o paciente"
- expor e discutir publicamente, em programa de televisão, atendimento realizado, afrontando o dever de zelar pela dignidade da pessoa humana, mesmo diante do aparente consentimento da mesma.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): Princípio Fundamental I, Art. 38 "c", "e", "i", "Parágrafo Único".

*Resolução CFP N.º 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005.

Associação da Psicologia a **práticas não reconhecidas**

A psicóloga participou de programa de rádio e fez publicação em seu *site*, associando a Psicologia a práticas não reconhecidas pela ciência psicológica, tais como florais de bach, seichim, sekhen, laser quântico e reiki, de modo que a cura para câncer, depressão, medo, pânico, tristeza, insegurança, diabete, enxaqueca, *stress*, dores em geral e TPM, ocorreria em um espaço bem menor de tempo, com o tratamento psicoterápico associado a estas práticas. O número de inscrição no CRP da psicóloga é divulgado juntamente com a informação destas práticas. A processada também citou o preço simbólico de atendimento, utilizando-o como forma de concorrência desleal.

Em sua defesa, a psicóloga explicou que se interessou por outras atividades para além de sua formação, nas quais passou a se especializar, exercendo paralelamente à Psicologia. Ao fazer a divulgação em um *site*, tornou-se inevitável mencionar sua formação de psicóloga. Declarou que obteve a possibilidade de trabalhar na rádio como comunicadora, respondendo questões relativas as atividades que a processada denominou como paralelas, que em nada se confundem com a Psicologia. Quanto à cobrança de quantias simbólicas, alegou ter apenas fixado remuneração por seu trabalho.

A menção a práticas não reconhecidas foi, nesse caso, claramente ligada à Psicologia e usadas inclusive como parte dos atrativos na divulgação das atividades da psicóloga. A processada superestimou os resultados de seus serviços, fazendo propaganda, mencionando preços simbólicos e apresentando-se evidentemente como psicóloga – não somente referindo sua história de formação.

Desta forma, entendeu-se que a profissional infringiu o Código de Ética Profissional dos Psicólogos(as) (*) nos seguintes artigos:

Art. 2º Ao Psicólogo(a) é vedado:
f) induzir qualquer pessoa a recorrer a seus serviços.

Art. 38 É vedado ao Psicólogo(a):

a) utilizar o preço do serviço como forma de propaganda.
c) fazer previsão taxativa de resultados.
d) propor atividades e recursos relativos a técnicas psicológicas que não estejam reconhecidas pela prática profissional.

i) divulgar serviços de forma inadequada, quer pelo meio utilizado, quer pelos conteúdos falsos, sensacionalistas, ou que firam os sentimentos da população.

---

* Resolução CFP 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005.
(Artigos da Resolução CFP 010/2005 - Código de Ética vigente a partir de 27/08/2005 relacionados ao tema exposto: Art. 2º "i", Art. 2º "q", Art. 20 "c", Art. 20 "d" e Art. 20 "e").
Todo Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP 006/2007, disponível no site: www.crpsp.org.br – item "legislação".

ESCRITAS DO DESEJO – CRÍTICA LITERÁRIA E PSICANÁLISE

Cleusa Rios P. Passos e Yuditf Rosenbaum (orgs.), São Paulo, Ateliê Editorial, 2011, 249 ps.

A publicação reúne 11 ensaios sobre as confluências entre literatura e psicanálise. Da experiência poética dos gregos às recriações linguísticas de Guimarães Rosa; do romance policial a questões autobiográficas; dos surrealistas ao teatro de Nelson Rodrigues; da modernidade de Flaubert às rupturas de Clarice; do jogo desejante entre autor-obra-leitor ao traço ficcional da escrita freudiana, este livro propõe modos distintos de ler as relações críticas entre os dois campos, reafirmando, na esteira de Freud e Lacan, a "dimensão da subjetividade humana" na obra literária.

PREÇO: R$ 45,00 | **TELEFONE:** 11 4702-5915 | **INTERNET:** https://www.atelie.com.br

EDUCAÇÃO PÚBLICA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Mônica G. T. do Amaral e Maria Cecília Cortez C. de Souza (orgs), São Paulo, Paco Editorial, 2011, 320 ps.

Este livro traz temáticas interdisciplinares, buscando descobrir as tensões entre a cultura escolar e as culturas dos jovens da periferia brasileira na escola pública. A obra aborda temas relativos à tradição e à autoridade do professor no âmbito escolar em contraste com a cultura dos jovens, revendo os valores que concebem a educação pública no Brasil.

PREÇO: R$ 40,00 | **TELEFONE:** 11 4521-6315 | **INTERNET:** https://www.livrariadapaco.com.br

COMUNICAÇÃO E ISOLAMENTO NA ADOLESCÊNCIA

Carla Maria Lima Braga, São Paulo, Zagodoni Editora, 2012, 153 ps.

A obra permite uma reflexão sobre a comunicação e o isolamento entre os adolescentes nos dias atuais, através da análise clínica de seus diários e *blogs*, em que, a partir da teoria psicanalítica de Winnicott, a autora identificou as diferenças existentes entre o isolamento do adolescente (visto como aspecto positivo da construção de sua identidade), a solidão e o retraimento (que podem ser considerados como o abandono afetivo). Propõe-se que o ambiente acolhedor e confiável pode contribuir para a construção de um indivíduo saudável e que o adulto próximo ao adolescente tem a condição de lhe oferecer uma presença implicada e reservada para acolher as suas angústias.

PREÇO: R$ 37,00 | **TELEFONE:** 11 2334-6327 | **INTERNET:** https://www.zagodonieditora.com.br

A RIMA NA ESCOLA, O VERSO NA HISTÓRIA

Maíra Soares Ferreira, São Paulo, Boitempo Editorial, 2012, 240 ps.

Inspirada no diário de viagens de Mário de Andrade pelo norte e nordeste do Brasil, a autora apresenta a luta pela preservação da cultura popular afro-indígena e sertaneja e sua transmissão as novas gerações, em comunidades como a da favela do Real Parque, na capital paulista, formada por migrantes descendentes da aldeia Pankararu (PE). Este livro resultou de sua pesquisa-intervenção em torno da criação poética, desenvolvida em sala de aula com professores e alunos do 8º ano do ensino fundamental.

PREÇO: R$ 32,00 | **TELEFONE:** 11 3875-7285 | **INTERNET:** https://www.boitempo.com

O ESPAÇO DE VIDA DO AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA NO CÁRCERE

Arlindo da Silva Lourenço, Curitiba, Juruá Editora, 2012, 198 ps.

A publicação versa sobre a psicodinâmica individual e de grupo dos agentes de segurança penitenciária de São Paulo a partir da Teoria de Campo e, principalmente, da noção de espaço de vida, de Kurt Lewin. As dificuldades em conciliar papéis bastante paradoxais como o de agente ressocializador e agente repressor ou punitivo e de exercer atividades profissionais em organizações complexas e altamente insalubres como as prisões, ocasiona inúmeras dificuldades para esses trabalhadores, expressas em suas emoções, em seu corpo ou em sua psiquê, ultrapassando aqueles altos muros que também os segrega, como aos presos, do mundo livre. Este livro é uma viagem aos recônditos da prisão e as muitas possibilidades (ou barreiras) das relações entre os trabalhadores e os internos.

PREÇO: R$49,90 – TELEFONE: (41) 4009-390 | **INTERNET:** http://www.jurua.com.br/shop_item.asp?id=22405

O PSICÓLOGO NO HOSPITAL PÚBLICO – TECENDO A CLÍNICA

Eva Wongtschowski (org.), São Paulo, Zagodoni, 2011, 191 ps

Esta obra apresenta o trabalho de um grupo de psicólogas no serviço de psicologia de um hospital público. Um grupo com um fazer clínico reconhecidamente diferenciado: oferecer escuta àqueles que chegam com todo tipo de queixa, quer sejam crianças, adolescentes, adultos ou idosos. As reflexões construídas pelas autoras se estendem desde a escolha por um modelo de atendimento até as questões teóricas e clínicas que permeiam a atuação do psicólogo na instituição.

PREÇO: R$ 39,00 | **TELEFONE:** (11) 2334-6327 | **INTERNET:** https://zagodonieditora.websiteseguro.com

A seção ESTANTE é feita em parceria com a Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS-Psi). Informações: www.bvs-psi.org.br

CFP se manifesta sobre o teste PMK

O Conselho Federal de Psicologia se manifestou em resposta a questionamentos por parte da Editora Vetor pelo parecer desfavorável dado ao teste psicológico PMK – Psicodiagnóstico Miocinético 2001 e PMK – Psicodiagnóstico Miocinético Novos Estudos 2009. Nela o CFP dá esclarecimentos sobre as diversas etapas de avaliação dos testes, a forma de procedimento e, ainda, sobre os prazos observados no que se refere ao contestatório ao parecer (*veja mais em http://www.pol.org.br*). O CFP reiterou que o PMK – Psicodiagnóstico Miocinético (2001) passa a ser "desfavorável", o que implica suspensão do uso profissional desse teste por psicólogos(as) a partir do dia 16 de maio de 2012. As aplicações do teste PMK realizadas até o dia 15 de maio de 2012 e laudos e relatórios decorrentes delas permanecem válidos.

Acupuntura: Conselhos e Sobrapa recorrem de decisão do TRF

O Sistema Conselhos da Psicologia e a Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura (Sobrapa), entraram com liminar solicitando a revisão da decisão do Tribunal Regional Federal, que suspende a Resolução CFP 005/2002. A resolução reconhece a acupuntura como prática complementar da atividade profissional do(a) psicólogo(a) e regulamenta em quais situações essa prática pode ocorrer. Em nota conjunta, as duas entidades sustentam que não há qualquer dispositivo legal que vede a atividade desenvolvida e que a regra é a liberdade do exercício profissional dos(as) psicólogos(as) (como de qualquer profissional), assistindo-lhes o direito liquido e certo de não se verem proibidos a desempenhar atividade sem que tal vedação provenha de lei específica. O sistema Conselhos de Psicologia não recomenda que o(a) psicólogo(a) cesse o uso do método em seu trabalho.

CHRISTIANE GOMES

Manifestações e debates marcaram as manifestações em torno da Luta Antimanicomial em São Paulo.

luta **antimanicomial** 2012

A Semana da Luta Antimanicomial em 2012 foi marcada por ampla mobilização em todo o estado de São Paulo. Usuários(as), militantes e trabalhadores(as) da saúde mental ocuparam as ruas e participaram de diversos eventos e ações para dizer: Loucura não se prende, saúde não se vende. Construído a partir da Reforma Psiquiátrica, o modelo antimanicomial é baseado em pressupostos que garantem outro conjunto de serviços, alternativo ao modo de isolamento e de violações aos direitos humanos.

Um dos acontecimentos de destaque foi a manifestação pública que se iniciou no vão livre do MASP, passou pelo CAPS Luis da Rocha Cerqueira (também conhecido como CAPS Itapeva) e seguiu em marcha até a Secretaria de Estado da Saúde. Ali foram entregues documentos a representantes da Secretaria, entre eles a Carta de Princípios, o Manifesto da Frente Antimanicomial de SP. A manifestação se posicionou contra a privatização da Saúde, o sub-financiamento da saúde mental em todo o estado e o repúdio às relações manicomiais, em especial as internações compulsórias de usuários de *crack* nas comunidades terapêuticas.

A semana contou ainda com a realização de debates como o Balanço das Políticas de Saúde Mental e Juventude nas Fronteiras Psi-Jurídicas na PUC SP; a exibição, no Video Clube CRP SP, do filme A margem da imagem, de Evaldo Morcazel, mostrando a história de moradores (as)de rua e de como chegaram à situação de miséria. A semana contou também com o lançamento da Frente Parlamentar Estadual da Luta Antimanicomial, que ocorreu no dia 21 de maio, na Assembleia Legislativa de São Paulo. A frente tem como filosofia as propostas de combater processos higienistas, a internação compulsória e o financiamento público das comunidades terapêuticas.

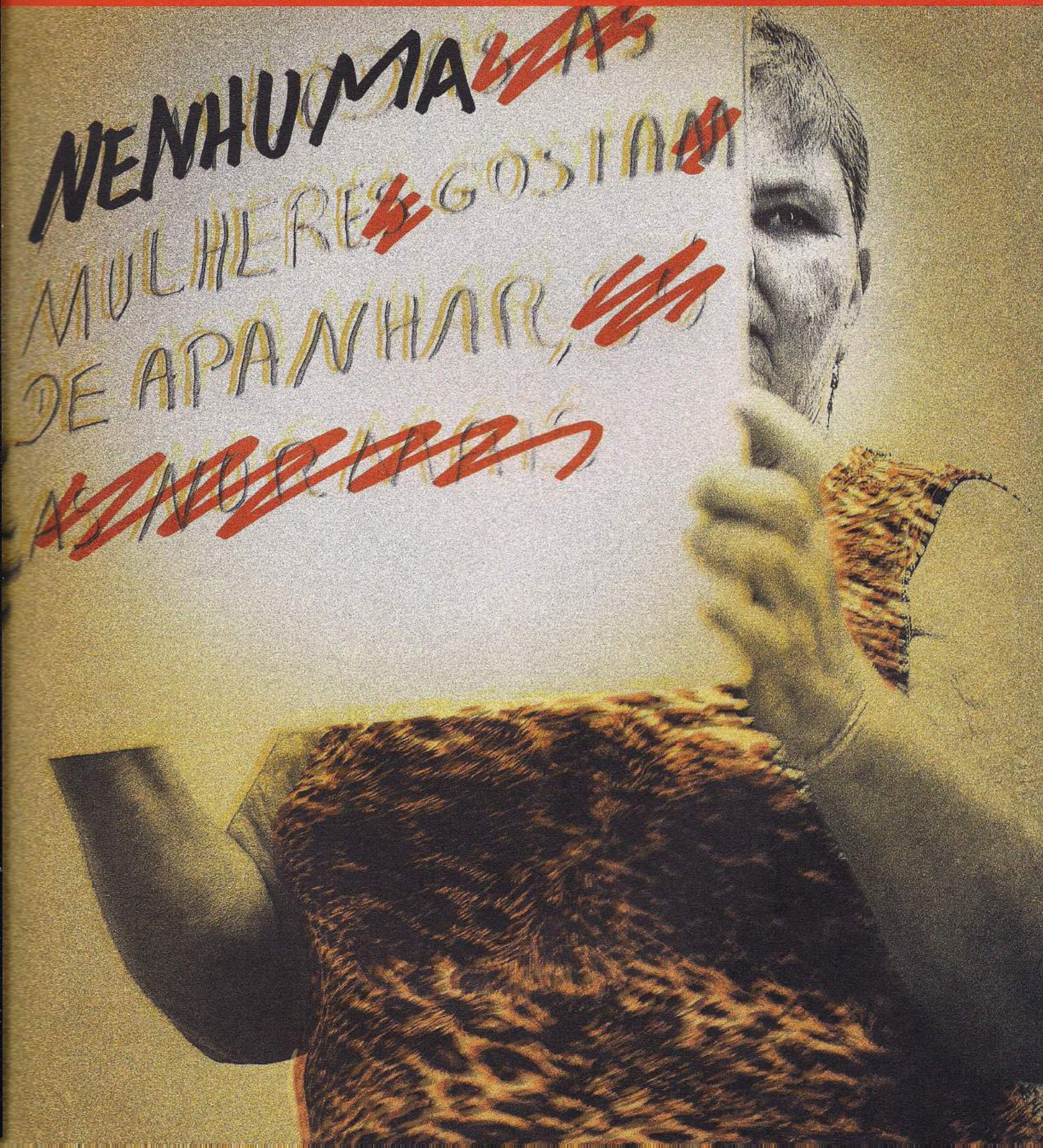
ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Durante a Semana da Luta Antimanicomial foi lançado o livro "Álcool e Outras Drogas" pelo CRP SP. Exemplares do livro também foram distribuídos na Secretaria de Estado da Saúde durante a Marcha realizada em São Paulo. A obra está disponível para *download* no *site* do CRP SP.

psicologia, violência e **direitos humanos**

Organizado pelo CRP SP, o livro "Psicologia, Violência e Direitos Humanos" foi lançado em abril, em evento realizado na PUC SP, com a presença de mais de 100 pessoas. A obra contém textos de 24 autores(as), que mostram como a Psicologia pode contribuir para enfrentar questões envolvendo direitos humanos e violência. "O livro é uma coletânea de saberes que retrata uma preocupação com a vida e a dignidade humana", afirmou a coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CRP SP, Maria Orlene Daré, durante a mesa de abertura do evento, que contou também com a participação da vice-presidente do CRP SP, Maria de Fátima Nassif e de Adriana Eiko, Conselheira e representante da Comissão de Direitos Humanos do CFP.

Após a mesa de abertura, o programa Diversidade Várias Verdade sobre uma Comissão, que fala sobre a criação da Comissão que irá investigar os crimes da ditadura militar, foi exibido para os presentes. Em seguida, foi montada mesa de debates com as participações da psicanalista Caterina Koltai e do professor livre-docente da USP, Jaime Ginzburg. A publicação foi distribuída aos participantes do lançamento e, em breve, será disponibilizada para download no site do CRP SP.

Debates marcaram o lançamento do livro "Psicologia, Violência e Direitos Humanos" durante seu lançamento na PUC SP.

Conselho Regional
de Psicologia SP